

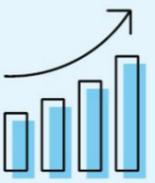
RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL



STJ ESTATÍSTICA

janeiro a dezembro | 2021

408.770
PROCESSOS RECEBIDOS



242.235
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS



170.355
PROCESSOS REGISTRADOS



Ministro Presidente



412.590
TOTAL

560.405
PROCESSOS JULGADOS

Incluindo AgInt, AgRg e EDcl



427.906
PROCESSOS JULGADOS

Excluindo AgInt, AgRg e EDcl



397.902
PROCESSOS BAIXADOS

268.314
PROCESSOS TRAMITANDO

em 31/12/2021



Fonte: Sistema Justiça e Power BI



Nome do item: Plano STJ 21-26

Análise Crítica

Trata-se do primeiro ciclo de monitoramento do Plano STJ 2021-2026, aprovado por unanimidade no Conselho de Administração do STJ em julho/2021. Vale ressaltar que, como houve mudança de plano estratégico institucional no meio do ano e, conseqüentemente mudança na periodicidade do monitoramento (de trimestral para quadrimestral), os meses de julho e agosto ficaram descobertos, sem um relatório de desempenho específico. Mas esse tempo foi necessário para os ajustes nos novos indicadores, metas e projetos no sistema de gestão estratégica, que também foi todo remodelado, devido ao uso de uma nova versão.

A atual estratégia do Tribunal conta agora com 10 objetivos estratégicos, divididos em 3 perspectivas distintas; 39 indicadores de desempenho institucional; sendo que diversos deles estão sendo mensurados pela primeira vez; e 57 iniciativas no portfólio estratégico 21-26, cuja implementação passa a contribuir matematicamente para a mensuração dos objetivos do mapa estratégico do STJ. Dessa forma, são mais 10 novos indicadores que medem o impacto da implementação das iniciativas estratégicas nos objetivos.

Diante de tantas inovações e mudanças, é natural que este primeiro monitoramento apresente resultados passíveis de melhoria. O acompanhamento dos novos indicadores, por exemplo, pode indicar uma possibilidade de ajuste na forma de cálculo ou na meta inicial proposta.

Com 88,62% de cumprimento geral do Plano, o mapa acima demonstra a necessidade de um foco maior em nossos recursos, perspectiva do mapa com menor pontuação no período: Sociedade - 95,76%; Processos Internos - 92,16% e Pessoas e Recursos - 77,95%. Identificou-se uma situação crítica nos aspectos orçamentário e financeiro e no uso das tecnologias disponíveis, conforme padrões adotados no STJ para acompanhamento da gestão estratégica.

Quanto ao aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira, objetivo que finalizou o ano com 69,36% de cumprimento, o maior problema continua sendo a execução do orçamento destinado às iniciativas estratégicas. Na última RAE, decidiu-se por avaliar outras possibilidades de monitoramento do indicador para minimizar esse problema. A aderência às metas do Plano de Logística Sustentável – PLS é outro aspecto vinculado a este objetivo que merece destaque, visto que o STJ tem mostrado resultados abaixo do esperado.

No que se refere ao objetivo intensificar o uso de tecnologias da informação, com 66,50% de cumprimento, o impacto maior foi do expressivo número de iniciativas estratégicas vinculadas ao item que, consolidadas, apresentaram somente 33% de cumprimento até dez/2021, conforme informações mais detalhadas no corpo deste relatório.

Resultados com realce positivo vão para o objetivo valorizar as pessoas (98,00%), reforçando a preocupação do STJ com a satisfação e a qualidade de vida de seus colaboradores no trabalho; para o novo objetivo fortalecer a imagem e a transparência institucional, que com 99,86% de cumprimento, mostra que o Tribunal da Cidadania é uma instituição de vanguarda, forte, respeitada e transparente; e para o objetivo fortalecer a governança institucional, que com 99,96% melhorou sensivelmente o seu desempenho em relação à última mensuração, ainda na vigência do Plano STJ 2020.

Firme da direção do alcance de sua visão de futuro em 2026, consolidar-se como uma corte de precedentes que oferece justiça ágil, moderna, preventiva e cidadã, apresenta-se em detalhes no presente relatório os primeiros resultados deste ciclo estratégico.

SOCIEDADE

Objetivo			
	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Fortalecer a imagem e a transparência institucional	100,00	99,86	

Indicadores Mensais			
	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Satisfação com os serviços do STJ	80,00	91,56	
STJ na mídia	100,00	100,00	

Indicadores Quadrimestrais			
	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Imagem do STJ			
Transparência Institucional	82,00	81,54	

Projetos			
	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Fortalecer a imagem e a transparência institucional"	100,00	100,00	

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM FORMATO DE DADOS ABERTOS	Administrativa	janeiro de 2021	agosto de 2022	0,00	63%		Dentro do previsto
PESQUISA DE IMAGEM	Administrativa	dezembro de 2020	abril de 2022	0,00	73%		Dentro do previsto
PRODUÇÃO DE EPISÓDIOS MULTIMÍDIA	Administrativa	janeiro de 2021	agosto de 2021	0,00	100%		Concluído

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Fortalecer a imagem e a transparência institucional"

0

Análise Crítica

1. Pesquisa de Imagem - foi realizada a coleta de dados em novembro, com o total de 5.972 respondentes, divididos entre advogados (2.334 respondentes); cidadãos (1.531 respondentes) e servidores e magistrados (2.248 respondentes). Em parceria com a FGV estão sendo realizadas as análises fatoriais e o relatório final, previsto para ser entregue em março de 2022.

2. Divulgação das Informações em Formato de Dados Abertos - foi finalizado o relatório dos trabalhos da comissão de estudos para adoção de medidas de governança do acesso e uso massificado de dados no STJ. Há expectativas de divulgação dos primeiros dados em formato aberto no início de 2022.

SOCIEDADE

Satisfação com os serviços do STJ



Nome do item: Satisfação com os serviços do STJ

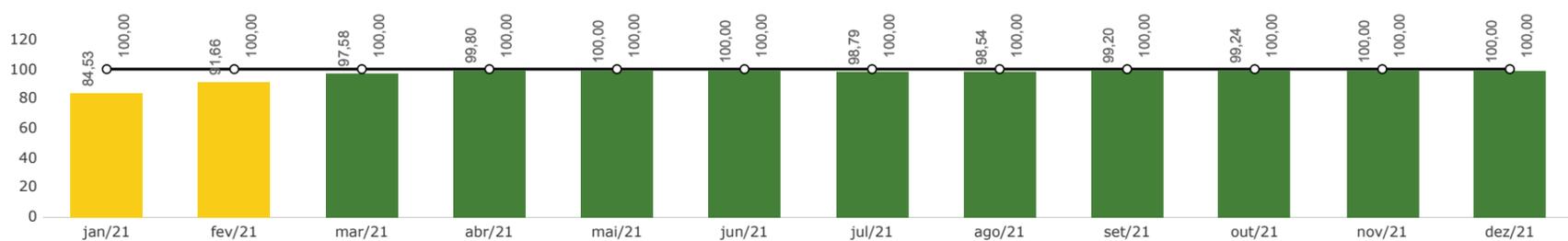
Análise Crítica

O ano de 2021 foi marcado pelo retorno gradual dos servidores para o trabalho presencial, com 50% dos servidores no trabalho presencial, ainda no sistema de rodízio, e entrada reduzida do público externo nas suas dependências. Houve ainda um aperfeiçoamento dos processos de trabalho em virtude das mudanças impostas pela pandemia, visando a prestação dos serviços do STJ. Tal aperfeiçoamento ocorreu por meio da realização de ações de capacitação voltados para o planejamento e gerenciamento de tarefas, do tempo e do stress; cursos sobre como fazer reuniões virtuais produtivas; informações sobre cuidado com a alimentação e com a saúde mental dos servidores, dentre outros temas que emergiram em decorrência das necessidades impostas pela pandemia.

Paralelamente, o Plano STJ 2020 finalizou sua vigência em junho/2021 e desde agosto de 2021 foi divulgado o Plano Estratégico 2021-2026, com mudanças no nome do presente indicador (que antes se chamava "Satisfação do Cidadão"), no instrumento de coleta de dados, na escala de avaliação e na forma de cálculo. Desde então, mede-se a satisfação dos usuários com os serviços oferecidos pelo STJ ao público externo, cuja matriz pode ser consultada no [Portal](#) do STJ. Os instrumentos de coleta atuais utilizam a ferramenta "Microsoft - OfficeForms", com automatização da atualização das planilhas de resultado, que são salvas em um repositório compartilhado com os servidores das unidades do STJ que monitoram os serviços avaliados. Também foi implementado um painel de *Business Intelligence (Microsoft Power BI)*, mostrando os quantitativos dos resultados da avaliação de cada serviço e o cálculo do percentual de satisfação, tudo isso com atualização diária, acessível por este [link](#). Portanto, diante da mudança dos sistemas de gerenciamento e divulgação dos resultados entre os dois planos estratégicos citados, o indicador ficou sem mensuração nos meses de agosto a outubro.

Já nos meses de novembro e dezembro, o indicador obteve como resultado médio 93,34% de satisfação, considerado ótimo segundo os padrões adotados pela gestão estratégica do Tribunal, já utilizando-se o novo método de cálculo, em que se divide o total de avaliações com menções acima de 7 pelo total de avaliações recebidas. Desde então, verificou-se um volume bem menor de avaliações, o que credita-se ao processo de transição e divulgação das pesquisas. De toda forma, seguem esforços para uma maior divulgação das avaliações, em parceria com a SCO, cuja previsão de conclusão é janeiro de 2022.

STJ na mídia



Nome do item: STJ na mídia

Análise Crítica

Trata-se de indicador estratégico novo, dedicado a acompanhar o engajamento do cidadão com as notícias do STJ, visando, em particular, aumentar o interesse positivo e assim, melhorar a imagem do Tribunal. Apesar de ter sido aprovado somente em julho/2021, com a publicação do Plano STJ 2021-2026, optou-se pelo levantamento dos dados retroativos a janeiro/2021.

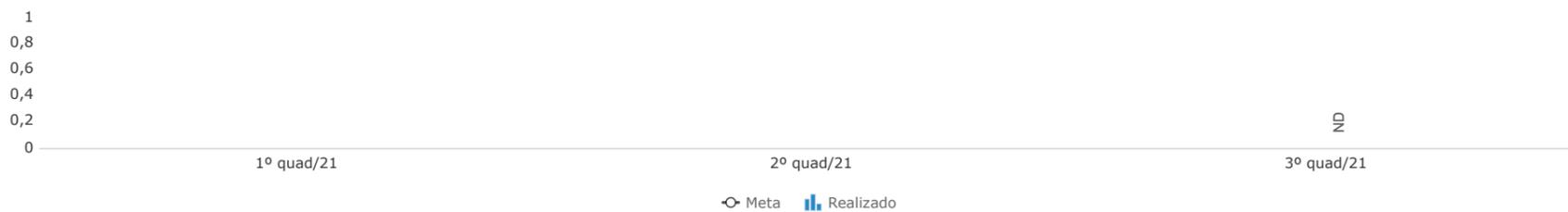
O gráfico apresenta números satisfatórios para o indicador em questão, com uma média anual de 94,53% de acessos às mídias disponibilizadas, em relação à meta proposta. Vale citar que, durante todo o ano de 2021, nas quatro redes sociais oficiais do tribunal (Facebook, Twitter, Instagram e LinkedIn) foram publicadas 4.534 postagens em 2021, número 37% maior que o registrado em 2020. Destaque para o Instagram do STJ, que ganhou 60 mil novos seguidores no período, o que representa um aumento de 10%.

O resultado aparece um pouco inferior no último quadrimestre em razão de uma certa desaceleração identificada no engajamento do Twitter. Em compensação, observou-se recordes absolutos no YouTube e na visualização das notícias do Portal. No Youtube, foram transmitidos 353 eventos ao vivo, com dois milhões de views nos vídeos, além de um aumento de 25% no número de inscritos no canal. Já a divulgação de notícias no Portal, que é diária, registrou aumento significativo de produtividade, com a publicação de 1.818 notícias (aumento de 15,4%, comparado ao ano anterior). Essas notícias servem como fonte de consulta para milhares de veículos de comunicação em todo o país.

O resultado prático de todo esse trabalho é o aumento na exposição da corte na mídia nacional, contribuindo para a imagem positiva da instituição.

SOCIEDADE

Imagem do STJ

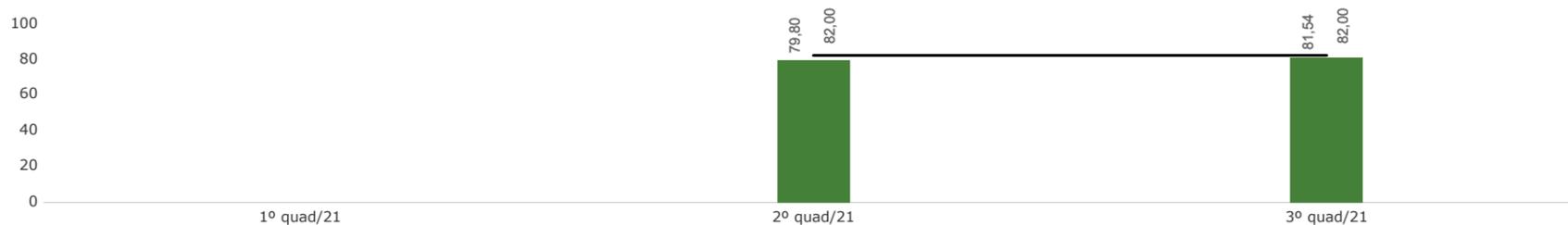


OBSERVAÇÃO:

Trata-se de um novo indicador estratégico inserido no Plano STJ 2021-2026, adotado em decorrência de consultorias da USP e da FGV sobre melhorias no processo de monitoramento da satisfação do usuário externo dos serviços do STJ.

A primeira pesquisa foi realizada no final do ano de 2021 e os resultados estão em análise pela equipe responsável, com previsão de divulgação do relatório final em março/2022, motivo pelo qual não há dados no gráfico acima.

Transparência Institucional



Nome do item: Transparência Institucional

Análise Crítica

O presente indicador apresenta a média dos percentuais cumulativos dos seguintes itens:

- Ranking da Transparência do Poder Judiciário (aferido e divulgado anualmente pelo CNJ);
- Transparência de acordo com LAI (que mede quantas informações previstas na Resolução STJ/GP n. 14 de 22 de junho de 2016, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no STJ, estão disponíveis no portal do STJ);
- Maturidade em transparência (resultado percentual do atendimento pelo STJ de práticas de transparência, satisfação e dados abertos elencados pelo TCU no questionário periódico iGG).

Todos os parâmetros acima descritos interligam-se entre si e tiveram resultados próximos à meta, restando assim na situação Ótima, conforme metodologia utilizada pela gestão estratégica no STJ.

Sobre o resultado no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, cumpre destacar que na última aferição, os itens foram distribuídos em 9 temas que, juntos, totalizavam 85 perguntas. O STJ vem, a cada ano, aumentando a pontuação obtida no referido ranking (começou atingindo 75% em 2018 e em 2021, 91,18%). A Ouvidoria atua, em conjunto com a Presidência do STJ, para viabilizar a adequação dos itens que não estejam em conformidade ao disposto na Resolução CNJ n. 260/2018. A meta é alcançar os 100% de adequação ao normativo, em prol da transparência ativa e prestação de contas à sociedade.

Já quanto à "Transparência de acordo com LAI", para que se possa atingir 100% de adequação, é necessária a publicação do item constante no inciso XVIII, do art. 7º, da Res. 14/2016, qual seja, a relação de membros e servidores que participam de Conselhos e assemelhados, externamente ao Tribunal.

A "Maturidade em transparência" identifica as práticas que têm características associadas à transparência perante o público externo, como a disponibilização de uma Ouvidoria proativa e de canais de comunicação facilmente acessíveis a qualquer público, áreas em que o STJ está muito bem desenvolvido. Busca-se o atingimento de 100% para permitir que o Tribunal alcance níveis mais elevados de governança e transparência.

SOCIEDADE

Objetivo			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Promover a cidadania	100,00	91,67	

Indicadores Mensais			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania	4.345	8.083	

Indicadores Quadrimestrais			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Acessibilidade no STJ	57,40	67,63	

Projetos			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Promover a cidadania"	100,00	75,00	

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
CONVERSA COM O PRESIDENTE	Administrativa	fevereiro de 2021	setembro de 2022	0,00	100%		Concluído
FALE COM O PRESIDENTE – DE MÃOS DADAS: MAGISTRATURA E CIDADANIA	Administrativa	fevereiro de 2021	agosto de 2022	0,00	100%		Concluído
PROGRAMA PROXIMIDADE COM O CIDADÃO	Judicante	dezembro de 2020	agosto de 2022	0,00	39%		Situação crítica
PROJETO EMPATIA	Administrativa	agosto de 2020	agosto de 2022	0,00	50%		Situação crítica

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Promover a cidadania"

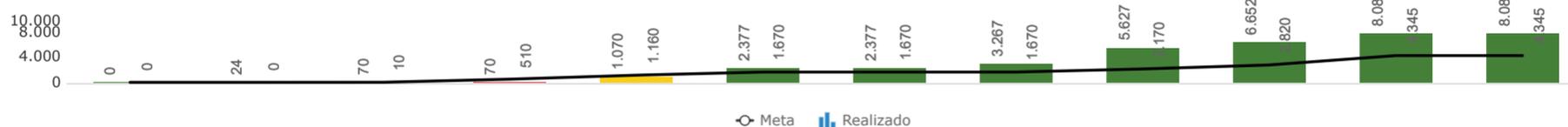
Análise Crítica

Há duas iniciativas em situação crítica:

1. Projeto Empatia - não conseguiu executar o que estava previsto inicialmente na proposta orçamentária pois faz-se necessário ajustar as premiações do projeto, conforme orientação da Administração.
2. Programa Proximidade com o Cidadão - segue com pendência do desenvolvimento da ferramenta técnica do Glossário de Termos e Expressões para o Portal do STJ. Após grande esforço da STI pesquisando soluções, foi realizada reunião com a equipe da Microsoft Brasil para analisar a possibilidade de uso da ferramenta Viva Topics. No momento, aguarda-se um retorno da empresa.

SOCIEDADE

Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania



Nome do item: Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania
000

Análise Crítica

O presente indicador é medido pelo somatório das pessoas que foram beneficiadas com ações de cidadania promovidas pelo STJ durante o ano.

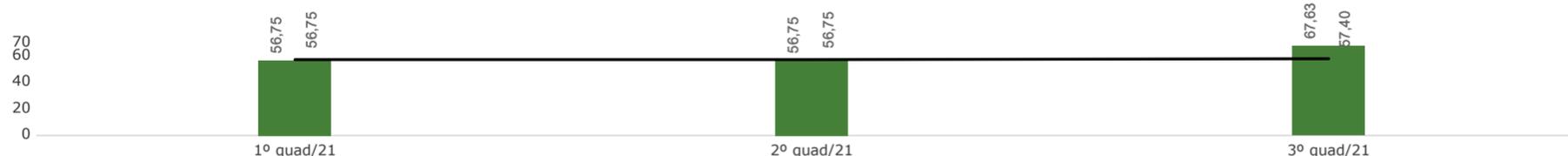
No que diz respeito aos projetos socioeducativos e eventos culturais, devido aos impactos provocados pelas medidas de distanciamento social, o foco inicial foi no realinhamento das ações ao novo contexto e adequação das interações com o público na modalidade a distância. Dessa forma, foi possível beneficiar o cidadão com as seguintes ações virtuais realizadas durante o ano de 2021: "O Despertar Vocacional Jurídico", "Sociedade para todas as idades" e "Arte no Tribunal". Isso representou o alcance de 5.025 pessoas beneficiadas, o que representa 116% da meta estabelecida para o período. Os resultados são atribuídos à grande adesão do público às interações virtuais realizadas nos projetos socioeducativos e, sobretudo, pelo elevado alcance das ações culturais que englobaram o lançamento periódico do informativo "Arte no Tribunal" e das Exposições de Artes Virtuais no Flickr.

Já a atividade "Educação de Jovens e Adultos" beneficiou 38 colaboradores no 1º semestre, frente a uma meta anual de 45 pessoas beneficiadas. Entretanto, a ação precisou ser descontinuada no segundo semestre de 2021. A "Inclusão Digital", por sua vez, também devido aos impactos da pandemia no trabalho presencial, não ocorreu em 2021. Há expectativa de retomada das atividades de educação solidária logo no primeiro semestre de 2022, se não houver recrudescimento da pandemia.

Quanto aos treinamentos oferecidos no Portal do CEFOR, observou-se aproximadamente 3.000 beneficiados por cursos à distância, um ótimo resultado, mas que ficou um pouco aquém do esperado para 2021. No entanto, para 2022, com a continuidade do desgaste do modelo de educação à distância que teve que ser utilizado em massa durante a pandemia, sem destacadas novas ofertas previstas e com apenas um curso consistentemente atraindo público ("Pesquisa de Jurisprudência"), considera-se que uma meta de 2.700 cidadãos atingidos seja mais realista.

De qualquer forma, o resultado acumulado ao final do ano permitiu uma superação significativa da meta do indicador e promete dados ainda melhores em 2022, motivo pelo qual propõe-se nova meta coletiva a ser aprovada em RAE: 5.945 pessoas, sendo que 2.900 beneficiados pelas ações socioeducativas e eventos culturais – um acréscimo de 1.900, 2.700 pelas ações de educação corporativa para o público externo – uma redução de 600 – e os mesmos 45 para ações de educação inclusiva.

Acessibilidade no STJ



Nome do item: Acessibilidade no STJ

Análise Crítica

Trata-se de um indicador que estava sendo acompanhado setorialmente e que, com a crescente importância da temática e seu impacto na qualidade de ambiente de trabalho e do respeito devido a todos os cidadãos, foi elevado a estratégico no Plano STJ 2021-2026.

O resultado (67,63%) é derivado de uma auto avaliação anual, realizada por meio de um extenso e detalhado questionário associado ao referencial "Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas". Esse questionário é dividido em 5 dimensões e o cálculo do indicador é uma média do atendimento a cada uma dessas, sendo que os resultados ao final de 2021 foram os seguintes:

- Gestão de Acessibilidade: 93,20% (em 2020 – 70,27%)
- Serviços: 70,50% (em 2020 – 59,79%)
- Comunicacional: 44,74% (em 2020 – 44,74%)
- Arquitetural e Urbanística: 76,78% (em 2020 – 65,42%)
- Tecnológica: 52,94% (em 2020 – 43,33%)
- Resultado do Indicador: 67,63% (em 2020 – 56,71%)

De fato, desde 2019 houve enfoque crescente na governança da acessibilidade, o que se comprova com o crescimento do resultado da dimensão de gestão, que teve como ponto alto o encontro bianual dedicado ao tema (em setembro) com a inédita aplicação de uma pesquisa de satisfação, que demonstrou que 82% dos colaboradores com necessidades especiais reconhecem o esforço do Tribunal em atender às suas particularidades. A construção da recente rampa de acesso ao restaurante do STJ foi outra ação com investimento no período.

Diante dos resultados apresentados, propõe-se, para a consideração em RAE, a antecipação da meta de 2024, de 69,50%, para 2022, e revisão dos valores das metas até 2026, da seguinte forma: 72% - 2023; 75% - 2024; 77% - 2025; 80% - 2026.

PROCESSOS INTERNOS

Objetivo

	←	3° - quad/2021	→
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	100,00	93,08	!

Indicadores Mensais

	←	dez/2021	→
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Agilidade na 1ª decisão	138,00	125,40	✓
Agilidade no julgamento	82,00	84,86	✓
Atendimento à demanda	100,00	99,06	✓
Julgamento de ações coletivas	99,00	93,97	!
Processos antigos com primeira decisão	100,00	98,30	✓
Recorribilidade interna	27,00	26,78	✓
Reforma interna da decisão	6,00	5,99	✓
Redução de acervo	245.000	268.314	!
Julgamento de ações ambientais	40,00	76,44	✓

PROCESSOS INTERNOS

Projetos

3° - quad/2021			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional"	100,00	50,00	

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
ATENDIMENTO STJ NA ERA VIRTUAL	Administrativa	agosto de 2020	dezembro de 2022	0,00	42%		Dentro do previsto
AUTOMATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	Judicante	fevereiro de 2021	junho de 2022	0,00	33%		Em atenção
BAIXA AUTOMÁTICA DAS DECISÕES COLEGIADAS	Judicante	setembro de 2020	março de 2022	0,00	80%		Dentro do previsto
BUSCA TEXTUAL NAS PEÇAS DO PROCESSO	Judicante	fevereiro de 2021	junho de 2022	0,00	59%		Situação crítica
CONTROLE AUTOMÁTICO DO PRAZO DE DESPACHOS DE MERO EXPEDIENTE	Judicante	fevereiro de 2021	dezembro de 2021	0,00	100%		Concluído
DATAJUD - CLASSIFICAÇÃO DE PROCESSOS COM IA	Judicante	abril de 2021	novembro de 2021	0,00	13%		Concluído
TRIAGEM PROCESSUAL AVANÇADA	Judicante	fevereiro de 2021	dezembro de 2022	0,00	31%		Em atenção

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional"

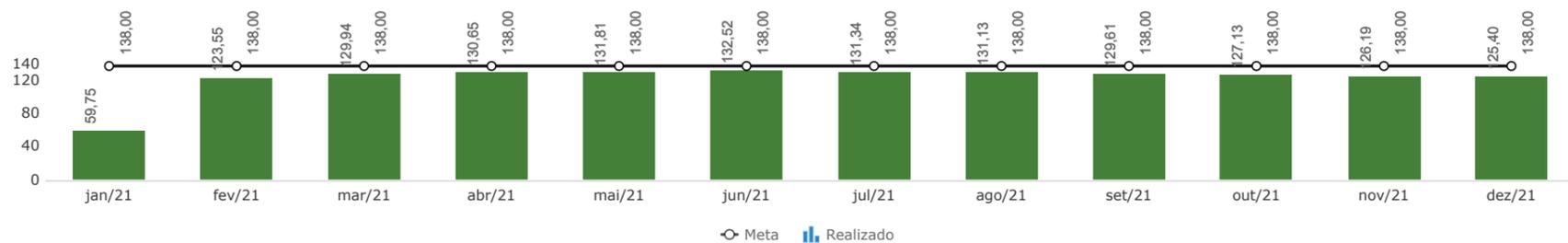
Análise Crítica

Há uma iniciativa em situação crítica, o projeto Busca Textual nas Peças do Processo, que não foi concluído no prazo inicialmente previsto (dezembro/2021), em razão da grande complexidade da terceira etapa aliada à necessidade de priorização junto à STI.

1. Atendimento STJ na Era Virtual – foram concluídas as seguintes etapas: reestruturação da página do "Sob medida Advogado" disponível no Portal do STJ, a construção do aplicativo "Integra"; para o registro de Atendimentos da equipe da SEAJU e o painel de BI dos dados capturados pelos canais de atendimento.
2. Baixa Automática das Decisões Colegiadas - foi implementada a baixa automática das decisões colegiadas com teor de julgamento do tipo "nego" precedidas de decisões também com teor "nego". Está em fase de execução a busca textual em Acórdãos.
3. Automatização das Comunicações Processuais - estava previsto para finalizar em agosto de 2021, mas foi necessário ajustar o cronograma, de forma que as entregas 1 e 3 serão concluídas somente no mês de junho/2022.
4. Triagem Processual Avançada - houve atraso no desenvolvimento do sistema da SJD Web com alteração de prazos de entregas do projeto. O Estudo da viabilidade de identificação de processos com temas de repercussão geral não foi iniciado, pois a equipe do STF não prestou informações necessárias.

PROCESSOS INTERNOS

Agilidade na 1ª decisão



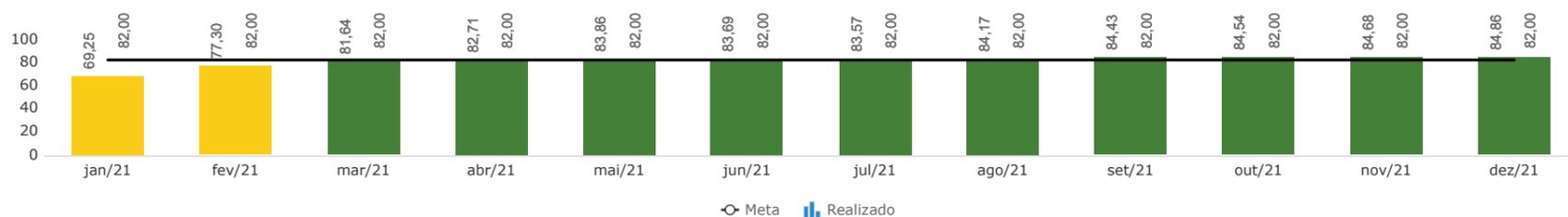
Nome do item: Agilidade na 1ª decisão

Análise Crítica

O indicador, adotado como estratégico a partir do Plano STJ 2021-2026, visa medir o tempo médio entre a chegada e a primeira decisão de um processo no STJ. Optou-se por mensurá-lo retroativamente, a partir de janeiro/2021. Cabe registrar que, ao monitorar os dados, foi verificada uma falta de atualização das variáveis no sistema Justiça o que ocasionou um levantamento inicial equivocado. Em função disso, foram sugeridas novas metas: 2021 - 138; 2022 - 129; 2023 - 119; 2024 - 109; 2025 - 99 e 2026 - 89 dias, o que precisa ser referendado em RAE. Entretanto, o gráfico já apresenta os resultados com as metas ajustadas.

Neste primeiro ano de sua mensuração, o resultado cumpriu mensalmente a meta estipulada de a primeira decisão ocorrer em até 138 dias, e encerrou o ano com 125 dias no mês de dezembro, representando o terceiro melhor desempenho mensal, já que a polaridade do indicador implica em que, quanto menor o resultado, melhor.

Agilidade no julgamento



Nome do item: Agilidade no julgamento

Análise Crítica

Errata: O gráfico inserido no momento da geração do relatório estava desatualizado. O resultado correto de desempenho do indicador, em dezembro, foi de 87,96%, conforme informado na análise crítica.

O indicador mede o percentual de processos baixados no mês em relação aos que tramitaram em até 1 ano.

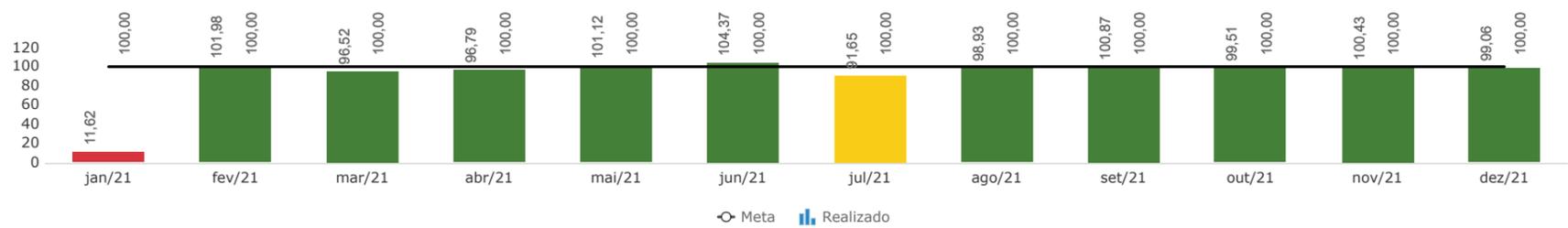
A tendência de cumprimento da meta, iniciada no fim do 1º quadrimestre, manteve-se durante o restante do ano chegando ao final com mais de 87% de processos baixados.

Há que se acompanhar com atenção o desempenho do indicador em 2022 para, em seguida, deliberar sobre uma possível alteração da meta, tornando-a mais desafiadora, visto que 87% (valor apurado em 2021) foi a meta proposta para alcance em 2025.

Conclui-se que o Tribunal está cumprindo o seu objetivo com esse indicador, que é reduzir o tempo médio gasto em todas as fases de tramitação dos processos, atendendo ao dispositivo constitucional que assegura a razoável duração do processo.

PROCESSOS INTERNOS

Atendimento à demanda



Nome do item: Atendimento à demanda

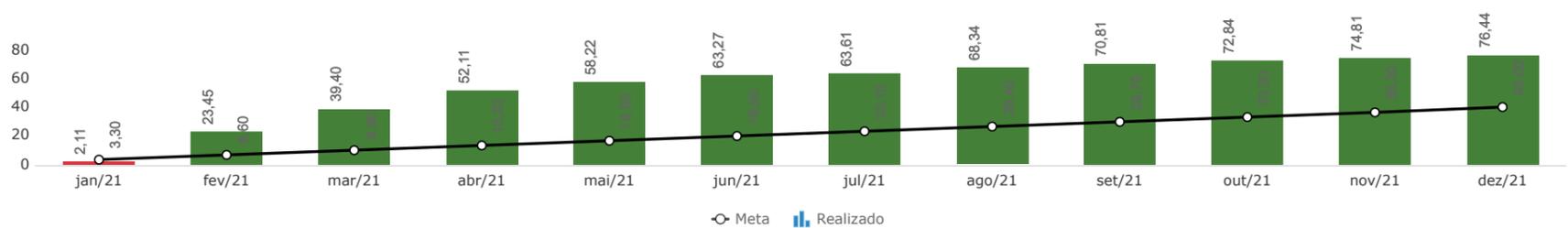
Análise Crítica

O indicador de Atendimento à demanda, equivale à Meta Nacional n. 1: julgar mais processos do que os distribuídos no ano corrente.

Fazendo um balanço entre produtividade e demanda, o resultado demonstrou que apesar de o Tribunal ter se empenhado bastante ao longo do ano, a meta não foi cumprida, diferentemente de períodos anteriores. Vale citar, entretanto, que em cinco meses no decorrer do ano os julgamentos foram superiores ao número de processos distribuídos.

No que pese o STJ ter julgado muito mais processos que em 2020, explica-se tal resultado com o número de processos distribuídos no exercício, que também foi muito superior e proporcionalmente maior que os julgados.

Julgamento de ações ambientais



Nome do item: Julgamento de ações ambientais

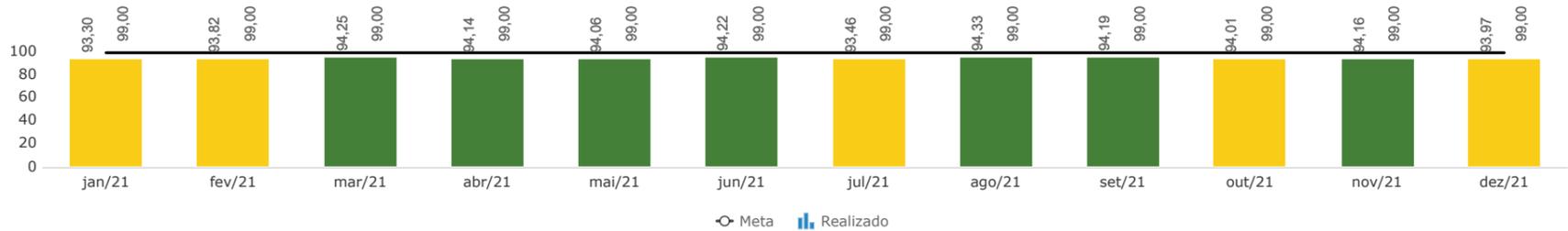
Análise Crítica

O indicador, alinhado à Meta Nacional n.12 do CNJ, acompanha o percentual de processos julgados relacionados a assuntos ambientais, no intuito de contribuir para a sustentabilidade e o meio ambiente.

Ao longo de 2021, os resultados foram bastante expressivos resultando no cumprimento da meta com folga. Entretanto, a meta para 2022 é mais audaciosa - 65% - chegando a 85% em 2026, data de vigência final do Plano STJ 21-26.

PROCESSOS INTERNOS

Julgamento de ações coletivas



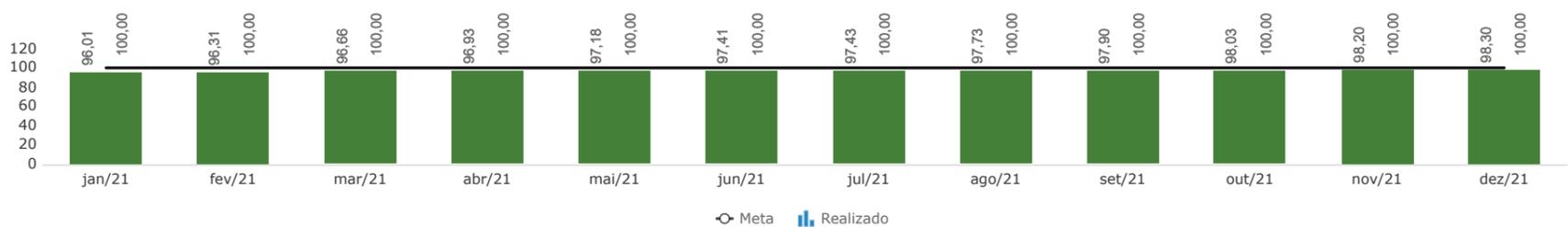
Nome do item: Julgamento de ações coletivas

Análise Crítica

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 6, acompanha o percentual de processos julgados oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 1/1/2015.

O Tribunal, ao longo de 2021, chegou a ficar 7 meses com resultado positivo. No entanto, finalizou o ano com 94% de ações coletivas julgadas, muito próximo da meta de 99%. Os relatórios com os dados mensais do indicador continuam a ser enviados mensalmente para os gabinetes de ministros, visando auxiliá-los na priorização do julgamento das ações coletivas.

Processos antigos com primeira decisão



Nome do item: Processos antigos com primeira decisão

Análise Crítica

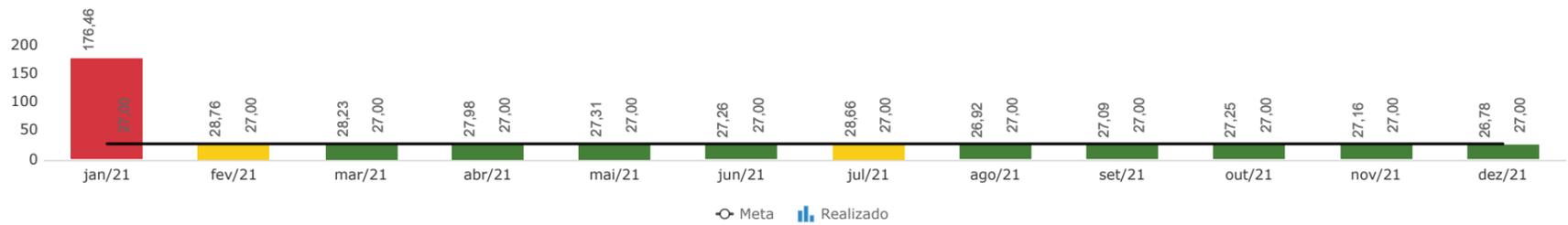
O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2021, é dividido em dois períodos base: julgar 99% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e 95% dos processos distribuídos em 2017.

Para os processos distribuídos até 31/12/2016, a mensuração avançou consideravelmente durante o ano, resultando em 4.177 decisões terminativas, o que representa, 96,66% de cumprimento. Já para os distribuídos em 2017, o número de julgados alcançou um total de 2.451 processos, ou seja, 99,95%.

Assim, o indicador, em 2021, teve desempenho superior a 2020. Planilhas de acompanhamento das metas, juntamente com a listagem de processos pendentes de cada uma, foram encaminhadas, mensalmente, aos gabinetes de ministros, com o intuito de demonstrar o desempenho real e permitir as tomadas de decisões que alavanquem os resultados.

PROCESSOS INTERNOS

Recorribilidade interna



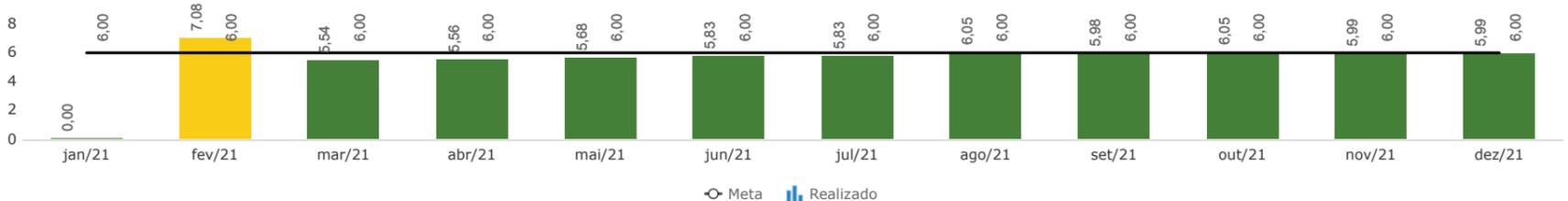
Nome do item: Recorribilidade interna

Análise Crítica

O indicador mede a taxa de recorribilidade interna das decisões proferidas pelo Tribunal e diz respeito a um medidor estratégico novo, inserido no Plano STJ 21-26, aprovado apenas em julho/2021.

Entretanto, optou-se por medi-lo durante todo o ano de 2021. Apesar das oscilações observadas em janeiro e julho (meses que correspondem a recessos forenses), o resultado se manteve a maior parte do período dentro da meta e encerrou o ano com uma taxa de recorribilidade menor do que a prevista para 2021, ou seja, um excelente resultado.

Reforma interna da decisão



Nome do item: Reforma interna da decisão

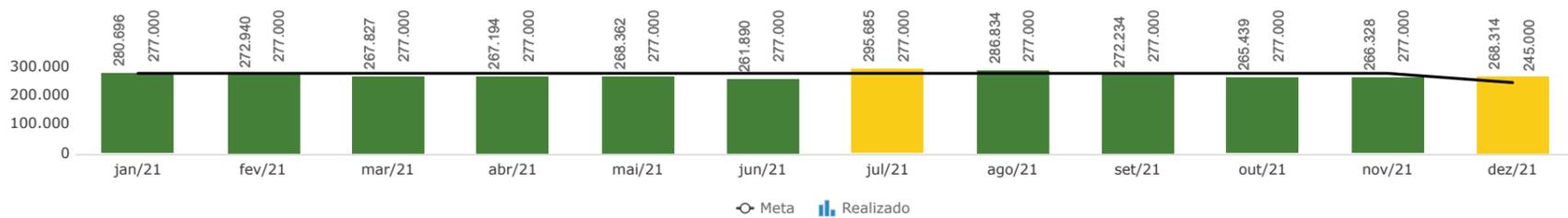
Análise Crítica

O indicador tem por objetivo medir a taxa de reforma interna das decisões proferidas pelo STJ. As decisões revelam-se mais consistentes quando são ratificadas pela instância recursal. Trata-se de um medidor estratégico novo, inserido no Plano STJ 21-26, aprovado apenas em julho/2021, entretanto, optou-se por medi-lo durante todo o ano de 2021.

Considerando os resultados demonstrados no gráfico, o Tribunal fechou o ano de 2021 exatamente com a mesma taxa prevista na meta para o período: 6%. Como na maioria dos meses o percentual superou o valor proposto na meta, há uma expectativa positiva, pois entende-se ser plenamente possível a manutenção ou diminuição da taxa de reforma nos próximos períodos.

PROCESSOS INTERNOS

Redução de acervo



Nome do item: Redução de acervo

Análise Crítica

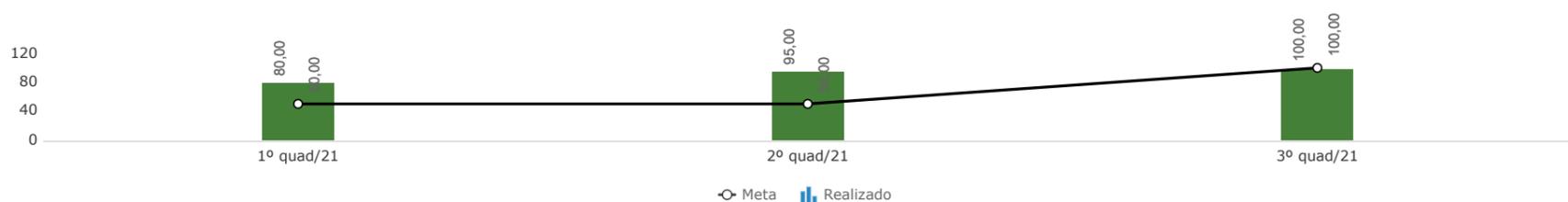
Nota explicativa: O indicador mede o quantitativo de processos que tramitam no STJ ao final de cada período de medição. De forma a acompanhá-lo mensalmente, a equipe técnica fez projeções estatísticas e constatou que o acervo tende a subir cerca de 7% em relação ao apurado em dezembro. Dessa forma, para que haja um acompanhamento mensal de modo que possam ser realizadas ações para redução do acervo, acordou-se que haveria um acréscimo de 7% em janeiro de cada exercício, considerando o resultado de dezembro do ano anterior. Quando em dezembro do ano vigente, a meta seria lançada conforme publicada no Plano Estratégico STJ 2021-2026, ou seja, começa com 277 mil processos e, em dezembro, coloca-se 245 mil. Ressalta-se ainda que quanto MENOR o resultado, MELHOR.

O indicador mede a quantidade de processos em tramitação no STJ em cada período de mensuração. Trata-se de um medidor novo, inserido no Plano STJ 2021-2026, aprovado apenas em julho/2021. Entretanto, optou-se por medi-lo durante todo o ano de 2021.

Ao longo do primeiro semestre o acervo apresentou uma tendência de queda que foi quebrada no mês de julho, período de recesso do tribunal, em que não correm prazos e não são realizadas baixas de processos, acarretando em uma alta significativa. Nos meses seguintes, a tendência de redução voltou a ser identificada com reduções sucessivas, porém o indicador fechou o ano com um resultado acima da meta prevista.

Convém destacar que apesar de ter baixado mais processos (397.902) do que em 2020 (356.575) o Tribunal recebeu número maior de processos: 408.770 em 2021 contra 344.034 de 2020, o que impactou diretamente no resultado. Infere-se que essa situação tenha ocorrido em função de uma demanda represada decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Cumprimento do plano de ações de "desjudicialização"



Nome do item: Cumprimento do plano de ações de "desjudicialização"

0

Análise Crítica

O presente plano de ação do STJ visa ao cumprimento da Meta Nacional n. 9/2021, aprovada no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, qual seja, realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Para fins de cumprimento da meta, em consonância com o glossário das metas nacionais do CNJ, foi realizada a priorização do ODS e do assunto a serem tratados na meta 9 pela Presidência do STJ, respectivamente, ODS 8 e assunto TPU n. 195 – Direito Previdenciário (todos os assuntos da hierarquia). Para tanto, utilizando-se do Acordo de Cooperação Técnica n. 4 firmado com a AGU, elaborou-se um plano de ação de prevenção ou "desjudicialização" de litígios voltadas ao referido ODS, com apresentação dos indicadores e levantamento das possíveis matérias sujeitas à formação de precedentes qualificados.

O referido plano foi integralmente cumprido conforme planejado, resultando em um número expressivo de processos com medidas de desjudicialização desde o início do Acordo com a AGU. Há que se registrar que o indicador deve sofrer mudanças em 2022, a partir das definições do glossário do CNJ para o período, as quais devem ser ratificadas em RAE na sequência.

Objetivo

3° - quad/2021			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Prevenir litígios	100,00	94,17	!

PROCESSOS INTERNOS

Indicadores Quadrimestrais

Item	3° - quad/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Cumprimento do plano de ações de "desjudicialização"	100,00	100,00	✓
Controvérsias criadas	50,00	41,26	!

Projetos

Item	3° - quad/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Prevenir litígios"	100,00	100,00	✓

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
PROJETO DE REDUÇÃO DE DEMANDAS	Judicante	janeiro de 2021	agosto de 2022	0,00	46%	●	Dentro do previsto

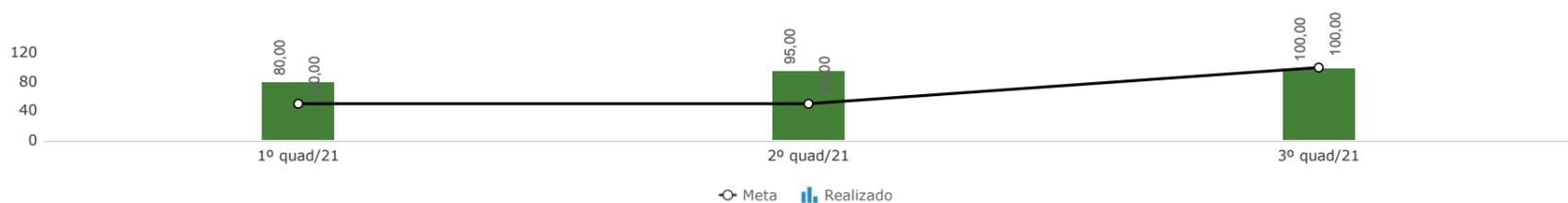
Nome do item: Iniciativas do objetivo "Prevenir litígios"

0

Análise Crítica

O Projeto Redução de Demandas é a única iniciativa vinculada diretamente a este objetivo estratégico. Como está com a implementação dentro do previsto, observou-se 100% de impacto para o objetivo "prevenção de litígios". De acordo com as unidades gestoras, o projeto vem apresentando bons resultados pois, após assinatura do Acordo de Cooperação com a AGU, um número expressivo de processos já foi objeto de medidas de desjudicialização.

Cumprimento do plano de ações de "desjudicialização"



Nome do item: Cumprimento do plano de ações de "desjudicialização"

0

Análise Crítica

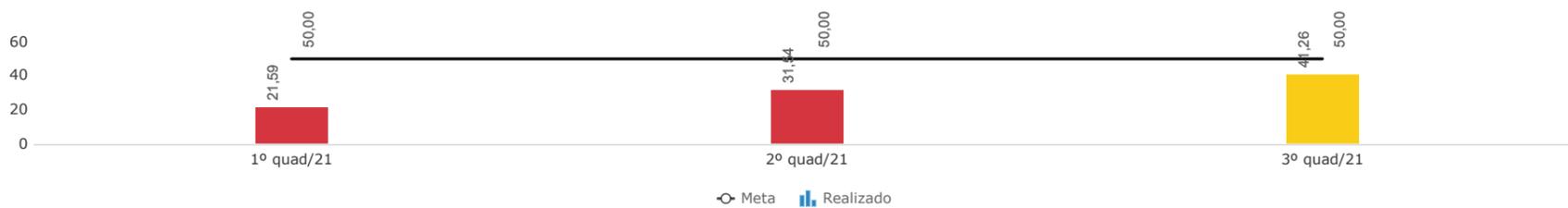
O presente plano de ação do STJ visa ao cumprimento da Meta Nacional n. 9/2021, aprovada no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, qual seja, realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

Para fins de cumprimento da meta, em consonância com o glossário das metas nacionais do CNJ, foi realizada a priorização do ODS e do assunto a serem tratados na meta 9 pela Presidência do STJ, respectivamente, ODS 8 e assunto TPU n. 195 – Direito Previdenciário (todos os assuntos da hierarquia). Para tanto, utilizando-se do Acordo de Cooperação Técnica n. 4 firmado com a AGU, elaborou-se um plano de ação de prevenção ou "desjudicialização" de litígios voltadas ao referido ODS, com apresentação dos indicadores e levantamento das possíveis matérias sujeitas à formação de precedentes qualificados.

O referido plano foi integralmente cumprido conforme planejado, resultando em um número expressivo de processos com medidas de desjudicialização desde o início do Acordo com a AGU. Há que se registrar que o indicador deve sofrer mudanças em 2022, a partir das definições do glossário do CNJ para o período, as quais devem ser ratificadas em RAE na sequência.

PROCESSOS INTERNOS

Controvérsias criadas



Nome do item: Controvérsias criadas

Análise Crítica

Trata-se de um novo indicador incorporado efetivamente ao planejamento estratégico do Tribunal, no terceiro quadrimestre de 2021, para se fazer um paralelo entre o trabalho efetuado com o uso da inteligência artificial (Athos) na criação de grupos de possíveis recursos aptos a julgamento pela sistemática de recursos repetitivos, com as controvérsias efetivamente criadas.

Verifica-se nos dados lançados durante o ano, que houve uma crescente no atingimento da meta, a cada mensuração. No primeiro quadrimestre, observou-se um resultado de 21,59%; no segundo quadrimestre, o resultado ficou próximo da meta, com 45,90%; e no último quadrimestre verificou-se a superação da meta, com 66,67%, demonstrando, assim, a efetividade dos grupos criados pelo sistema Athos que ensejaram controvérsias aptas a serem afetadas ao rito dos repetitivos.

Objetivo

Item	3º - quad/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Consolidar o sistema de precedentes qualificados	100,00	83,70	!

Indicadores Mensais

Item	dez/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Tempo médio da afetação à publicação do acórdão	365	532	✘
Publicação de acórdãos no prazo	40,00	38,78	✔

Projetos

Item	3º - quad/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Consolidar o sistema de precedentes qualificados"	100,00	100,00	✔

PROCESSOS INTERNOS

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE AÇÕES COLETIVAS (NAC – STJ)	Judicante	setembro de 2020	dezembro de 2022	0,00	82%	●	Em atenção

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Consolidar o sistema de precedentes qualificados"

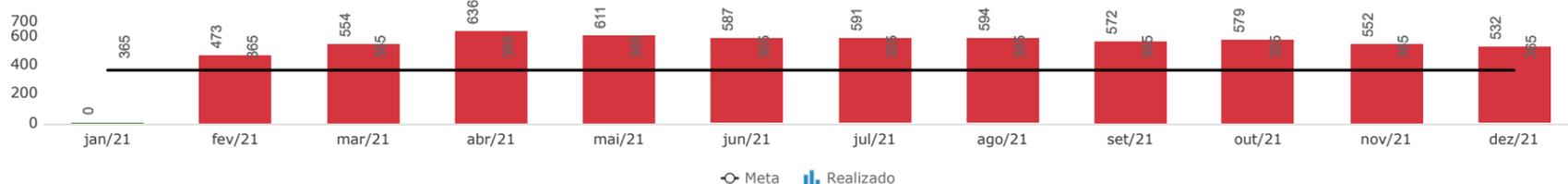
0

Análise Crítica

Não houve impacto da iniciativa no alcance do resultado previsto para o 3º quadrimestre de 2021, pois as etapas 6, 7, 10 e 11 do projeto Criação do Núcleo de Ações Coletivas (NAC - STJ), que é a única iniciativa estratégica do objetivo Consolidar o Sistema de Precedentes Qualificados, não foram implementadas ainda.

Para a conclusão do projeto, ressalta-se a dependência das diretrizes do CNJ para o efetivo funcionamento dos NACs nos tribunais.

Tempo médio da afetação à publicação do acórdão



Nome do item: Tempo médio da afetação à publicação do acórdão

Análise Crítica

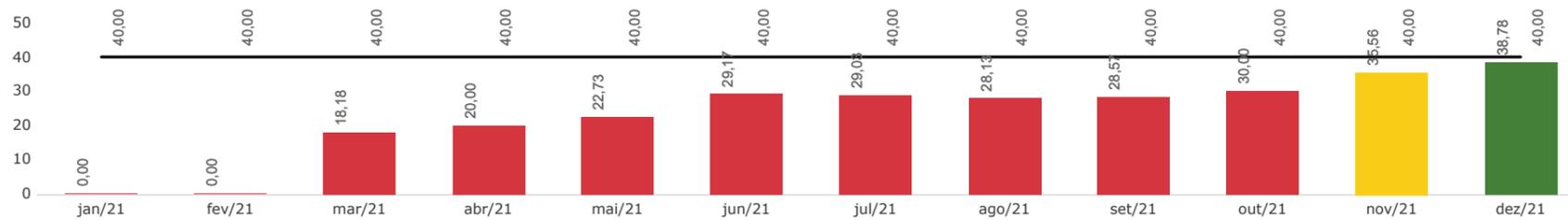
Esse indicador equivale à Meta Nacional n. 7. Em razão da pandemia, desde março de 2020 as sessões de julgamento foram suspensas, bem como os prazos processuais ficaram sobrestados entre 19/3/2020 a 4/5/2020, e somente com a Resolução n. 9 de 17/04/2020 foi aprovada a realização de sessões de julgamento com uso de videoconferência, a partir de maio de 2020, medida que se estenderá até 01/02/2022 (Resolução STJ/GP n. 33 de 26/11/2021). Assim, o julgamento de recursos repetitivos foi restringido. A Primeira Seção, por exemplo, na sessão realizada em 27/5/2021, definiu, por unanimidade, que somente seriam levados a julgamento por videoconferência os recursos repetitivos sobre os quais não houvesse divergência entre os ministros. Ficou estabelecido que os repetitivos a serem julgados em videoconferência deveriam estar em consonância com a jurisprudência da Primeira e da Segunda Turmas, que compõem a Primeira Seção, especializada em direito público. O colegiado decidiu também que cada relator poderia pautar apenas um tema repetitivo por sessão e deveria disponibilizar seu voto sobre a matéria com pelo menos uma semana de antecedência em relação à data do julgamento, o que diminuiu drasticamente o número de julgados repetitivos publicados em 2020.

A partir de outubro de 2020, os ministros, sensibilizados pela paralisação de processos relevantes, retomaram os julgamentos dos recursos repetitivos. Entretanto, os resultados de 2020, considerando o tempo de paralisação, impactaram os de 2021, demonstrando que seria difícil o cumprimento da meta. Destaca-se que os casos de REVISÃO DE TESE (art. 256-S e seguintes do RISTJ), bem como de SUSPENSÃO, impactam sobremaneira a medição deste indicador pelo longo tempo que se toma para reanalisar uma tese anteriormente firmada. Isto porque, a data inicial é a "data da afetação" e na revisão da tese não há nova afetação, e acaba-se medindo este indicador, nestes casos, a partir da data da afetação inicial, aumentando demasiadamente o tempo mensurado. Foram apresentadas duas sugestões para solucionar esta discrepância, com o novo plano estratégico do Tribunal: a) excluir os casos de revisão de tese da mensuração no período de referência, visto que já foi contabilizado na mensuração da meta quando foi inicialmente afetado como tese; b) incluir a revisão de tese (que também deve ser julgada no prazo de um ano) na mensuração, contudo, a data inicial para contagem do tempo deve ser a data em que proposta a Revisão, seja por petição, seja por questão de ordem.

Por fim, ressalta-se que, como o atingimento da referida meta depende especialmente do empenho do STJ em julgar os recursos repetitivos, de forma prioritária e preferencial, para cumprir o prazo de um ano previsto no CPC e do RISTJ (art. 256-N, §2º), há atuação estratégica na sensibilização e no alerta de prazos aos gabinetes de ministros, por meio da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, sobre a importância do julgamento célere para dar efetividade ao sistema de precedentes. Com esse mesmo foco, foi proposta a realização de treinamento específico para os gabinetes e divulgação das ferramentas e procedimentos na prática. Assim, em novembro/2021, foi realizada a primeira edição do evento "Diálogos sobre a Formação de Precedentes", ação de cunho interno, cujo público alvo são os gabinetes, e palestrantes os próprios ministros integrantes das 3 Seções de direito, para abordar questões relevantes na prática forense de elaboração e julgamento dos precedentes qualificados. Com isso foi possível chegar ao final do ano novamente dentro da meta de 365 dias no julgamento dos recursos repetitivos.

PROCESSOS INTERNOS

Publicação de acórdãos no prazo



Nome do item: Publicação de acórdãos no prazo

Análise Crítica

Trata-se de um novo indicador estratégico, incluído no Plano STJ 21-26, que busca aumentar para 65% o quantitativo de recursos repetitivos que levam até 365 dias entre a afetação e a publicação do acórdão. Apesar de ter sido aprovado como estratégico somente em julho/2021, optou-se por mensurá-lo com os dados retroativos a janeiro.

São utilizados os dados relativos ao indicador "tempo médio entre a afetação à publicação do acórdão" (Meta Nacional n. 7), considerando a quantidade de temas que foram julgados no prazo de 365 dias. Verifica-se que o Tribunal se aproximou da meta nos últimos quatro meses do ano, reflexo do empenho da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas em alertar os gabinetes de ministros da necessidade de se imprimir celeridade no julgamento dos recursos repetitivos, bem como da importância dos precedentes qualificados para toda a comunidade jurídica.

Objetivo

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa	100,00	89,90	!

Indicadores Mensais

Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Julgamento de ações de improbidade administrativa	100,00	89,90	!

Objetivo

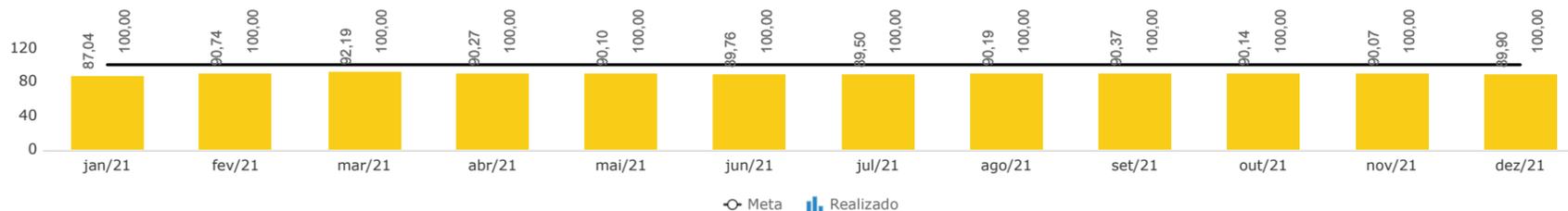
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa"			

Observação:

Não há iniciativas estratégicas atualmente relacionadas a este objetivo.

PROCESSOS INTERNOS

Julgamento de ações de improbidade administrativa



Nome do item: Julgamento de ações de improbidade administrativa

Análise Crítica

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2021, tem por objetivo o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública em determinados períodos.

A meta para 2021, como de costume, foi subdividida em: julgar 99 das ações distribuídas até 31/12/2018 (primeira parte) e 85% das distribuídas em 2019 (segunda parte), tratando, em cada período, o julgamento das ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública de forma diferenciada. Destaque para as ações distribuídas em 2019, que alcançaram mais de 100% de cumprimento ao fim do período, ou seja, superior ao alcançado em 2020.

Na busca por resultados cada vez mais expressivos, as informações continuam sendo encaminhadas, mensalmente, aos gabinetes de ministros.

Objetivo

Item	3° - quad/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Aprimorar a governança institucional	100,00	99,96	✔

Indicadores Quadrimestrais

Item	3° - quad/2021		
	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Atendimento às recomendações	55,00	66,41	✔
Governança no STJ	72,00	71,90	✔
Mapeamento de processos	40	96	✔

PROCESSOS INTERNOS

Projetos

3° - quad/2021			
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Aprimorar a governança institucional"	100,00	100,00	

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES	Administrativa	setembro de 2020	dezembro de 2021	0,00	100%		Concluído
ARQUIVO DOCUMENTAL	Administrativa	maio de 2019	janeiro de 2023	26.300,00	88%		Em atenção
COMITÊS CONSULTIVOS DE MINISTROS	Judicante	setembro de 2020	março de 2021	0,00	100%		Concluído
criação de Comitê de Ética de Inteligência Artificial	Judicante	dezembro de 2020	abril de 2021	0,00	100%		Concluído
ESOCIAL NO STJ	Administrativa	julho de 2017	abril de 2022	200.577,00	64%		Em atenção
IA-CM – MODELO DE CAPACIDADE DA AUDITORIA INTERNA	Administrativa	janeiro de 2020	dezembro de 2022	0,00	78%		Em atenção
IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD	Judicante	janeiro de 2021	março de 2022	0,00	80%		Dentro do previsto
JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Administrativa	janeiro de 2021	agosto de 2024	0,00	42%		Dentro do previsto
MODERNIZAÇÃO DO CEFOR	Administrativa	janeiro de 2021	agosto de 2022	0,00	42%		Dentro do previsto
PADRONIZAÇÃO DO USO DE PAINÉIS DE BI	Administrativa	dezembro de 2020	março de 2022	0,00	78%		Dentro do previsto
PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO STJ	Administrativa	fevereiro de 2021	maio de 2022	0,00	38%		Dentro do previsto

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Aprimorar a governança institucional"

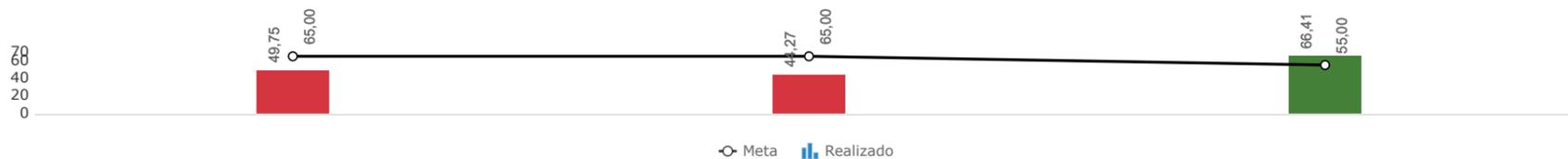
0

Análise Crítica

1. Implementação da LGPD - teve o cronograma reprogramado por dificuldades apresentadas pelas unidades para o levantamento dos processos de trabalho e o preenchimento dos *templates*. Foi realizada a 2ª turma do Curso Básico de Proteção de Dados Pessoais.
2. Jurisprudência Administrativa - teve o cronograma ajustado levando em consideração o trabalho realizado pela equipe de desenvolvedores da STI, bem como a complexidade da demanda.
3. Modernização do CEFOR - estão em andamento as atividades de identificação dos perfis dos servidores da unidade e o dimensionamento da força de trabalho para aprovação de metodologia pela SGP.
4. Padronização do Uso de Painéis de BI - foram concluídas a implantação do projeto piloto de painéis de BI e a minuta de normatização da metodologia, faltando somente a aprovação superior.
5. Arquivo Documental - os projetos executivos complementares referentes às futuras instalações do arquivo foram aprovados. Além disso, outros documentos necessários à reforma de transformação da atual garagem de ônibus do STJ em arquivo foram concluídos.
6. eSocial no STJ - está previsto para fev/22 o envio das informações do eSocial relativas ao STJ, em cumprimento à fase 2 do cronograma do projeto. Foram revistas as categorizações das rubricas da folha de pagamento, já considerando o layout simplificado do eSocial.
7. IA-CM - Modelo de Capacidade de Auditoria interna - teve o cronograma ajustado e foi elaborada a Política de uso de ferramentas tecnológicas no âmbito da AUD.
8. Programa de Integridade do STJ - em elaboração a norma que regulamentará o tema no âmbito do STJ.

PROCESSOS INTERNOS

Atendimento às recomendações



Nome do item: Atendimento às recomendações

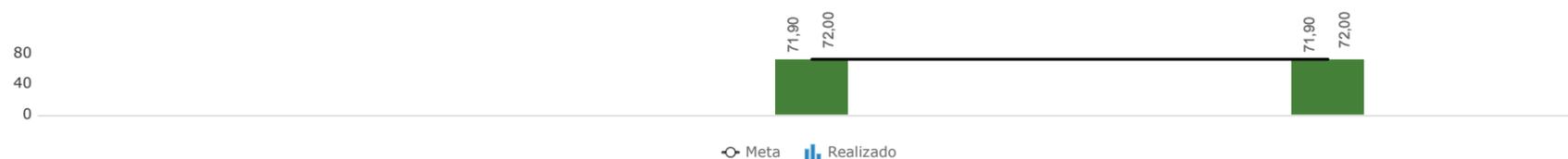
Análise Crítica

A cada auditoria, normalmente são proferidas recomendações, nos respectivos relatórios, que visam ao aprimoramento das unidades auditadas. O presente indicador mede, semestralmente, o percentual de atendimento das referidas recomendações estruturantes, corretivas e orientadoras emitidas pela AUD a cada exercício. As informações que subsidiam a mencionada medição são obtidas por meio de monitoramentos das recomendações face às respostas que as unidades auditadas exaram nos autos de cada auditoria acompanhada.

Em relação ao período anterior (2020), nota-se que a evolução do indicador se deveu à mobilização das unidades do STJ no que concerne ao atendimento, integral ou parcial, das recomendações expedidas. A despeito da adição de 95 novas recomendações ao acervo, ao longo do 2º semestre/2021 foram atendidas mais 89 recomendações. No mesmo período, mais 20 recomendações passaram a ter o status de "no prazo para atendimento", "em atendimento" ou "justificada", o que tem um efeito positivo na fórmula, uma vez que são removidas do denominador. Cabe pontuar que as duas últimas situações - "em atendimento" ou "justificada" - denotam o envolvimento das unidades auditadas na solução dos itens propostos pela AUD. Ademais, registra-se a redução no número de recomendações "não atendidas", que no 1º semestre/2021 era de 102 e, no 2º semestre/2021, passou a ser de 88 recomendações.

Por fim, ressalta-se que ao longo do ano de 2022 será reforçada, junto às unidades do STJ, a importância de suprirem os apontamentos constantes das recomendações, não somente para fins dessa métrica, mas principalmente para o aperfeiçoamento das atividades que exercem. Assim como foi em 2021, será divulgado o cronograma de monitoramentos das auditorias para que as unidades possam se organizar a tempo de serem considerados os atendimentos a cada Relatório de Desempenho Institucional.

Governança no STJ



Nome do item: Governança no STJ

Análise Crítica

No 2º semestre de 2021 foi estabelecido o questionário que será considerado ao longo da vigência do plano estratégico 2021-2026 para o cálculo dos indicadores de Governança no STJ. Assim, essa primeira mensuração serviu de linha de base para a definição de uma meta para 2021 e possibilitou a elaboração de uma análise crítica deste indicador estratégico, que é resultante da média dos resultados das 7 vertentes do questionário periódico do TCU, que foi utilizado como referência desta métrica.

Os resultados individuais no exercício foram:

- Governança no STJ: 71,90%
- Liderança: 35,00%
- Estratégia: 74,56%
- Controle: 66,88%
- Gestão de Pessoas: 88,19%
- Gestão de TI e da Segurança da informação: 68,68%
- Gestão de Contratações: 85,96%
- Gestão Orçamentária: 84,00%

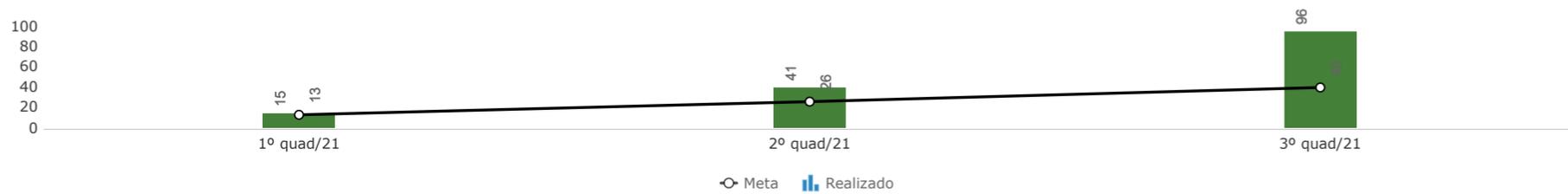
Destaca-se que o valor resultante de 71,90% já coloca o STJ em um patamar de maturidade aprimorada, acima de 70%. Também é evidente que as várias disciplinas separadamente tem patamares bem diversos, mas há um que contribui para o resultado mais baixo: Liderança (se não fosse ela, a média estaria em 78,04%). Em particular, as práticas necessárias para evoluir na Liderança seriam especificamente: definição formal de um sistema de controle de decisões críticas; implementação de um Programa de Integridade; medidas para identificação e tratamento de conflito de interesses; implementação de programas de avaliação do desempenho e de aprimoramento das competências dos membros da alta administração. Vale ressaltar que algumas delas não possuem previsão de ser implementadas, pela natureza da instituição e dos membros da alta administração – lembrando que o questionário se aplica a órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário em toda a Administração Pública Federal.

Adicionalmente, há outras práticas que precisam evoluir para que a maturidade geral possa ficar mais elevada, muitas delas já em andamento: evolução na gestão dos riscos críticos da organização e um avanço maior na gestão dos riscos de TIC; implementação de um processo de Gestão de Continuidade institucional; execução das inovações, como simplificação de atendimento ao público, constantes do Programa de Transformação Digital; disponibilização mais ampla de Dados Abertos; atendimento pleno à LGPD; criação da política de dimensionamento da força de trabalho (realizada em quatro unidades), expansão dos indicadores de metas orçamentárias e financeiras.

Em fevereiro e março de 2022, está prevista uma rodada de análise colaborativa com o objetivo de estabelecer metas anuais desdobradas até 2026, a partir dos planos de ação elaborados pelas unidades para a implementação de novas práticas que venham a contribuir para o alcance dos resultados esperados.

PROCESSOS INTERNOS

Mapeamento de processos



Nome do item: Mapeamento de processos

Análise Crítica

Apesar de ter sido adotado como estratégico somente em julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, optou-se por mensurar este indicador com os dados retroativos a janeiro.

No primeiro quadrimestre de 2021 as ações de mapeamento ocorreram dentro de um comportamento típico, alcançando o cumprimento da meta, mapeando-se processos nas unidades em que se obteve parceria para a realização do trabalho. Já com o segundo quadrimestre em andamento, foi possível intensificar o mapeamento nas coordenadorias da Secretaria de Processamento de Feitos (SPF). Esse acordo mostrou-se frutífero, resultando em um expressivo número de processos mapeados, além da validação de processos já modelados anteriormente, mas que aguardavam por validação, dobrando a meta estipulada. No último quadrimestre, a superação da meta mostrou-se ainda mais elástica em virtude da conclusão de 85% do mapeamento de processos da SPF e de boa evolução na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Dessa forma, o cômputo total do ano alcançou quase duas vezes e meia a meta estabelecida. Contudo, esse comportamento deve ser visto como atípico, fruto de um acordo entre as unidades e de condições que favoreceram o desenvolvimento dos trabalhos. Ressalta-se também o elevado esforço e dedicação da equipe da área de gestão de processos de trabalho, que atuou no período paralelamente com a análise de processos de teletrabalho em números muito superiores ao normal.

Assim, apesar do cômputo dilatado de processos mapeados, propõe-se a manutenção da meta anual fixada em 40 processos por ano e o acompanhamento para verificar a possibilidade de majoração, caso os resultados apurados mantenham-se muito acima da linha de base.

PESSOAS E RECURSOS

Objetivo

	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Valorizar as pessoas	100,00	98,00	✓

Indicadores Mensais

	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Absenteísmo	3,00	2,73	✓
Cumprimento do PAC	80,00	88,76	✓

Indicadores Quadrimestrais

	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Cursos com Instrutoria Interna	60,00	61,11	✓
Adesão às ações de educação corporativa no STJ	70,00	57,25	!
Perfil profissional de competências	90,00	93,67	✓
Participação no Aprimore STJ	40,00	39,28	✓
Servidores em teletrabalho	285	416	✓
Saúde preventiva	870	439	✗
Ocorrências de segurança	242	167	✓
Satisfação do Servidor	80,00	83,59	✓

Projetos

	3° - quad/2021		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Valorizar as pessoas"	100,00	100,00	✓

PESSOAS E RECURSOS

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE TELETRABALHO E DE TRABALHO REMOTO	Administrativa	janeiro de 2021	outubro de 2021	0,00	33%	✓	Concluído parcialmente
INOVA STJ	Administrativa	maio de 2021	dezembro de 2021	0,00	100%	✓	Concluído
PLANO DE SEGURANÇA EM SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19	Administrativa	março de 2020	agosto de 2022	0,00	69%	●	Dentro do previsto
PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	Administrativa	janeiro de 2021	dezembro de 2021	0,00	100%	✓	Concluído

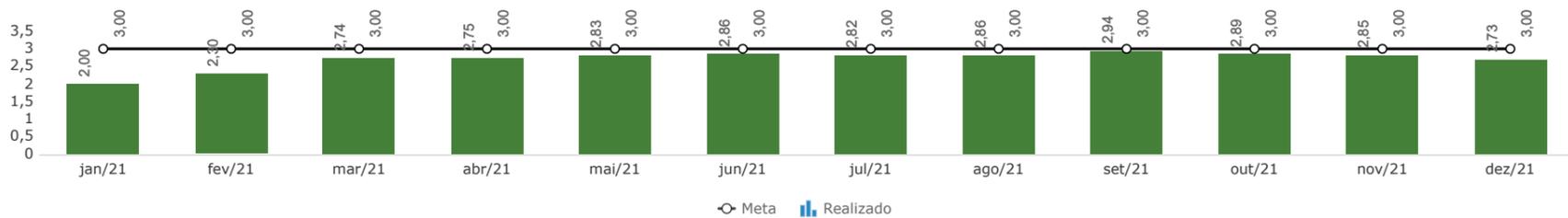
Nome do item: Iniciativas do objetivo "Valorizar as pessoas"

0

Análise Crítica

Houve impacto de 100% das iniciativas no alcance do resultado previsto para o 3º quadrimestre de 2021. Três projetos estratégicos foram concluídos: Aprimoramento da Política de Teletrabalho e de Trabalho Remoto e o Inova STJ e o Programa de Valorização do Servidor. Já o Plano de Segurança em Saúde para Enfrentamento do COVID-19 segue dentro do previsto. A SIS disponibilizou um canal específico para realizar a identificação de novos casos, bem como promover as teleconsultas. Essa ação tem dado celeridade ao atendimento, de modo a ofertar orientações e intervenções de forma preventiva. O rastreamento do desgaste psicológico dos pacientes com COVID-19 tem sido outra ação importante realizada pela equipe de psicólogos do Tribunal.

Absenteísmo



Nome do item: Absenteísmo

Análise Crítica

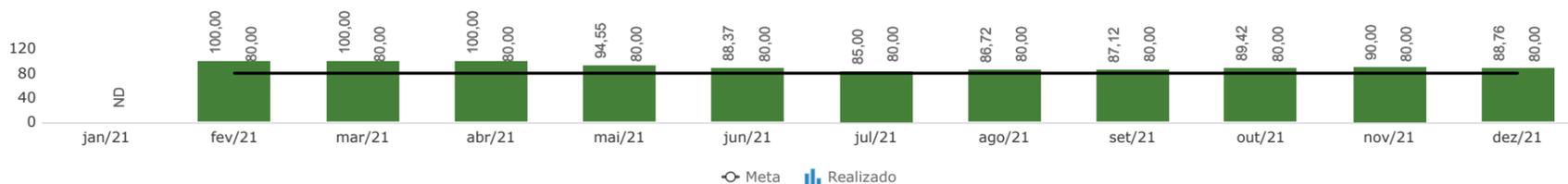
Apesar de ter sido tratado como estratégico somente a partir de julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, optou-se por mensurar este indicador com os dados retroativos a janeiro.

Na maioria dos meses, o índice se manteve dentro da meta esperada. Entende-se que o valor mais alto apresentado nos meses de março, maio, junho, agosto e, especialmente, em setembro seja decorrente dos diversos casos de servidores que contraíram o coronavírus ou que, mesmo não tendo covid-19, apresentaram sintomas compatíveis com a doença e precisaram ser afastados até que fosse comprovada ou eliminada a suspeita de contaminação.

Portanto, mesmo com esse aumento verificado no número de casos de covid-19, na média, o indicador ficou dentro do esperado para o ano de 2021.

PESSOAS E RECURSOS

Cumprimento do PAC



Nome do item: Cumprimento do PAC

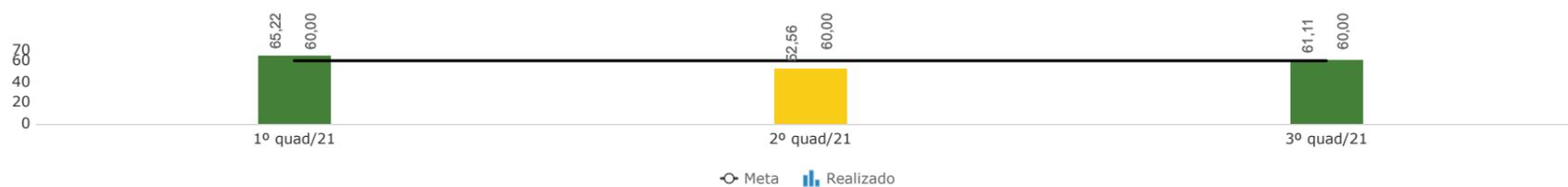
Análise Crítica

Apesar de ter sido tratado como estratégico somente a partir de julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, optou-se por mensurar este indicador com os dados retroativos a janeiro.

O indicador terminou o ano em situação aceitável, com 88,76% das turmas realizadas tendo sido previstas no PAC. No último quadrimestre, foram realizadas mais ações de capacitação, entretanto, muitas delas não estavam previstas, tendo sido demandadas no decorrer do ano, o que explica a queda do indicador de uma situação ótima para aceitável em dezembro/2021.

É válido lembrar que o CEFOR realiza anualmente um World Café com todas as unidades do STJ a fim de elaborar o planejamento para o ano seguinte, entretanto, e mesmo com esse planejamento, durante o exercício surgem necessidades de capacitação não previstas, e que precisam ser executadas, em atendimento às necessidades dos gestores e servidores do Tribunal.

Cursos com Instrutoria Interna



Nome do item: Cursos com Instrutoria Interna

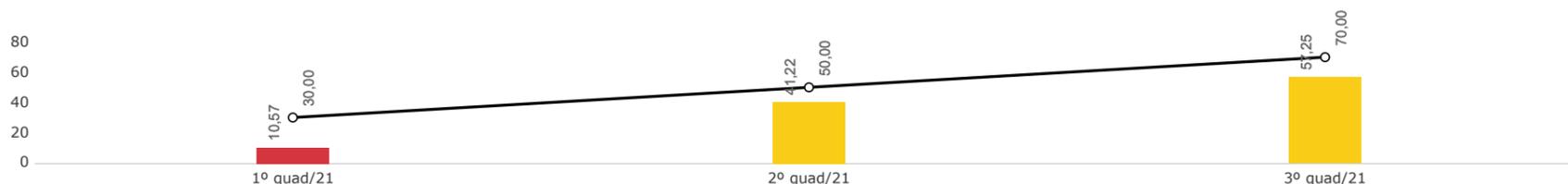
Análise Crítica

O indicador finalizou o ano de 2021 com situação Ótima, segundo os parâmetros da gestão estratégica no STJ, com 61,11% das ações internas de educação corporativa tendo sido realizadas com instrutoria interna, o que demonstra a preocupação com a valorização dos servidores do STJ.

Reitera-se que, além do oferecimento de cursos no formato remoto, tem-se buscado, sempre que possível, a atuação de instrutores internos nas ações de capacitação. Espera-se que o indicador continue em níveis ótimos no próximo ano.

PESSOAS E RECURSOS

Adesão às ações de educação corporativa no STJ



Nome do item: Adesão às ações de educação corporativa no STJ

Análise Crítica

O indicador de "Adesão às Ações de Educação Corporativa" terminou o ano de 2021 em situação aceitável, de acordo com os parâmetros da gestão estratégica no STJ. Dos 2.847 servidores do STJ, 1629 servidores participaram de alguma ação de capacitação ofertada pelo STJ em 2021. Isso representa apenas 57,25%, contra uma meta prevista de 70% para o ano.

Analisando-se os dados de capacitação, observa-se que foram ofertadas 276 turmas, em 188 ações de capacitação, totalizando 8.400 vagas. Apesar do quantitativo de turmas e vagas ofertadas, era esperada a participação de 1993 servidores até o final do ano de 2021. Das vagas oferecidas, 12% não foram preenchidas, o que corresponde a aproximadamente 1000 vagas do total. Constata-se que mesmo com as ações sendo ofertadas, observa-se uma procura abaixo da oferta.

No entanto, para o planejamento de 2022, há uma expectativa de se ofertar ações diferenciadas para atrair um público maior, que até então não se mostrou interessado o suficiente pelas ações disponíveis. No que pese as considerações apontadas, acredita-se que a meta pode ser alcançada no ano de 2022, acompanhando-se de perto a adesão dos servidores do STJ às ações oferecidas pelo CEFOR.

Perfil profissional de competências



Nome do item: Perfil profissional de competências

Análise Crítica

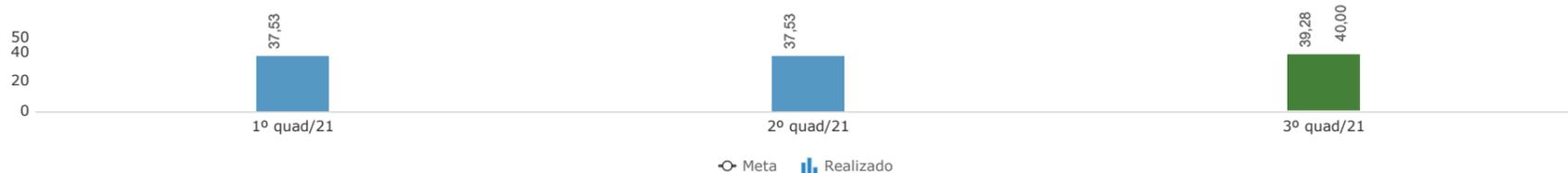
Este indicador, calculado setorialmente pela 1ª vez ao final de 2016, foi identificado como uma forma inicial de valorizar o recém-lançado processo de gestão por competências no STJ. Ao longo do período do Plano STJ 2020, a sistemática evoluiu e este indicador anual foi substituído, no Plano STJ 2021-2026, por 2 outros que são mais relevantes: o percentual de "participação no Aprimore" e um novo índice denominado "perfil profissional de competências", que não será apenas restrito aos gestores, mas sim uma evolução das mensurações iniciais.

Ressalta-se que, apesar de ter sido aprovado como estratégico somente em julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, optou-se por monitorá-lo com os dados retroativos a janeiro. O resultado de 93,67%, referente ao Ciclo Aprimore de 2021, passa a ser considerado como linha base para os próximos anos – e seu cálculo considera as lacunas de competências a serem diminuídas por todos os servidores referente aos diversos temas, como comunicação com a equipe, a organização das prioridades e o aprimoramento em gestão.

No segundo trimestre de 2021, houve a atualização dos Mapeamentos de Atribuições por Produtos (MAPs) de muitas unidades, bem como o mapeamento das unidades novas, criadas este ano. Quanto mais unidades mapeadas, mais efetivo fica o indicador e a participação dos gestores é fundamental nesse processo. Inclusive, continuará essencial o envolvimento das lideranças para que se alcance as metas dos novos indicadores, pois serão eles que refletirão o ciclo anual de avaliação recém-iniciado, com o preenchimento do sistema "Aprimore" pelos gestores (autoavaliação) e por suas equipes.

PESSOAS E RECURSOS

Participação no Aprimore STJ



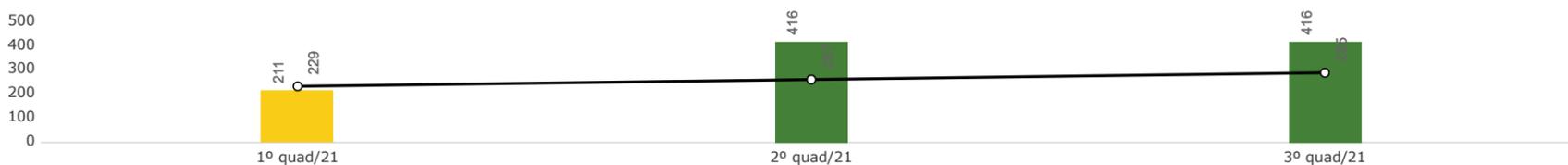
Nome do item: Participação no Aprimore STJ

Análise Crítica

Apesar de ter sido tratado como estratégico somente a partir de julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, optou-se por mensurar este indicador com os dados retroativos a janeiro.

O indicador encontra-se em situação Ótima, de acordo com os parâmetros utilizados para o acompanhamento da gestão estratégica no STJ. Apesar disso, tem-se muito a avançar, uma vez que a norma prevê participação de 100% dos servidores no programa. O apoio dos gestores junto a sua equipe é fundamental para o aumento no número das respostas, visto que quanto mais participação, mais fidedignos são os resultados do perfil profissional de competências.

Servidores em teletrabalho



Nome do item: Servidores em teletrabalho

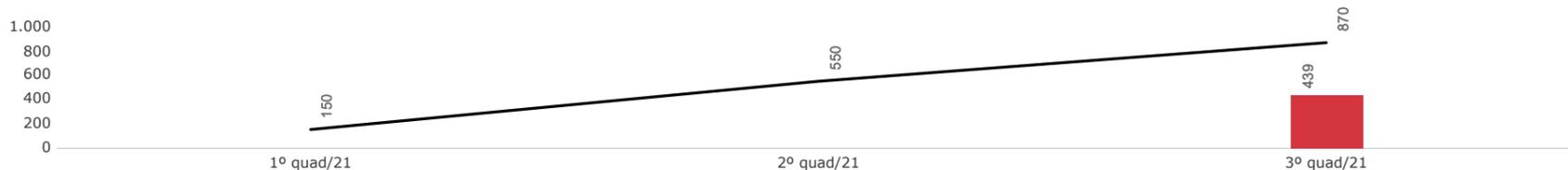
Análise Crítica

Apesar de ter sido tratado como estratégico somente a partir de julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, optou-se por mensurar este indicador com os dados retroativos a janeiro.

Até o fechamento deste relatório, os dados referentes ao último quadrimestre do ano ainda não tinham sido computados, o que prejudicou a análise do resultado no período - se repetindo o resultado anterior, por definição da metodologia.

Entretanto, pode-se afirmar que o número de teletrabalhadores no Tribunal tem aumentado progressivamente, tanto em função da pandemia, quanto por opção pessoal de servidores para essa modalidade de trabalho.

Saúde preventiva



OBSERVAÇÃO:

Até a data de finalização do presente relatório não foram encaminhados dados sobre o indicador estratégico "Saúde Preventiva".

PESSOAS E RECURSOS

Ocorrências de segurança



Nome do item: Ocorrências de segurança

Análise Crítica

Trata-se de indicador novo, adotado como estratégico a partir de julho/2021, com a aprovação do Plano STJ 2021-2026, o que justifica a mensuração somente no 3º quadrimestre do ano.

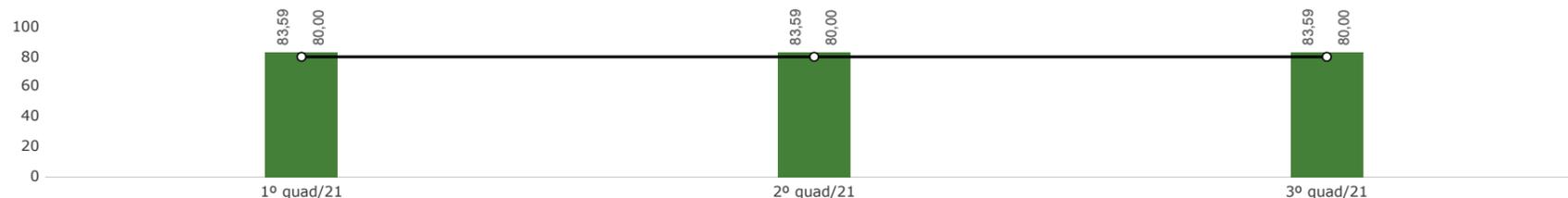
No citado período, foram registradas 167 ocorrências de segurança, classificadas em três eixos:

1. Atendimento de primeiros-socorros (incluindo transporte de emergência, retirada de pessoas presas em elevadores, verificação de acionamento de alarme, dentre outras);
2. Controle de acesso (descumprimento de normativo);
3. Rondas ostensivas nos estacionamentos externos (incluindo identificação de veículos com vidros abertos, faróis ligados, pneus furados, alarmes acionados, dentre outras).

Vale ressaltar que a elevação dos registros de ocorrências se deu em decorrência do retorno gradual das atividades presenciais, considerando a elevação dos acessos de pessoas às instalações do STJ.

Para 2022, encontra-se em estudo a revisão da meta baseada, com base na média de ocorrências apuradas nos últimos três anos, uma vez que 2020, ano da linha de base, ainda foi um ano sob forte impacto da pandemia do coronavírus, ou a substituição do indicador por outro que reflita ainda mais os esforços no pronto atendimento das ocorrências, o que é essencial ser medido.

Satisfação do Servidor



Nome do item: Satisfação do Servidor

Análise Crítica

Trata-se de um indicador de periodicidade bianual, com a meta de "Manter a satisfação do servidor com o STJ acima de 80%, até dez/2026." O indicador é mensurado por meio dos resultados apresentados na Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação, realizada pela SGP, e direcionada a todos os servidores do STJ.

Na última pesquisa, realizada em junho de 2019, o índice apurado foi de 83,59% de satisfação dos servidores em relação à organização, ultrapassando a meta estabelecida. Quando comparado com a pesquisa realizada em 2017, percebe-se um aumento de quase 7% nas respostas positivas, considerando os fatores avaliados. Foi o primeiro ano em que a meta foi ultrapassada.

Os fatores que compõem o construto "Satisfação" (natureza do trabalho, chefia, relacionamento e salário), quando avaliados conjuntamente, indicam que os servidores estão realizados com o trabalho que exercem e com a sua variedade. Estão satisfeitos com a competência e relação que têm com o gestor. Estão contentes com o relacionamento de confiança que nutrem com os colegas de trabalho e satisfeitos com a remuneração. Esse resultado é corroborado também pelas questões abertas. A categoria "Satisfação" foi citada 163 vezes com um fator positivo, que revela como os servidores se sentem satisfeitos com a instituição em que trabalham, com a organização do trabalho e com a prestação dos serviços à sociedade.

Destaca-se que, apesar do percentual positivo, houve críticas e sugestões relativas a esse fenômeno. Essas informações foram objeto de estudo pelo Comitê Gestor do Clima, que resultou em diversas ações implementadas. Essas ações estão disponíveis na página da Pesquisa de Clima e Satisfação do STJ, na intranet. No final de 2021 foi realizada nova pesquisa e os resultados estão em processo de análise para divulgação em breve.

PESSOAS E RECURSOS

Objetivo			
	← 3° - quad/2021 →		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	100,00	69,36	

Indicadores Mensais			
	← dez/2021 →		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Aderência às metas do PLS	93,00	86,93	

Indicadores Quadrimestrais			
	← 3° - quad/2021 →		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Execução orçamentária do STJ	94,00	95,17	
Execução do orçamento estratégico	60,00	2,01	
Execução do PCAq	50,00	66,90	

Projetos			
	← 3° - quad/2021 →		
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira"	100,00	50,00	

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
ADOÇÃO DE NOVO PADRÃO ENERGÉTICO, COM PRIORIDADE PARA A ENERGIA SOLAR	Administrativa	janeiro de 2021	junho de 2022	28.529.793,00	47%		Dentro do previsto
APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS (SIC – STJ)	Administrativa	maio de 2015	julho de 2023	0,00	34%		Em atenção

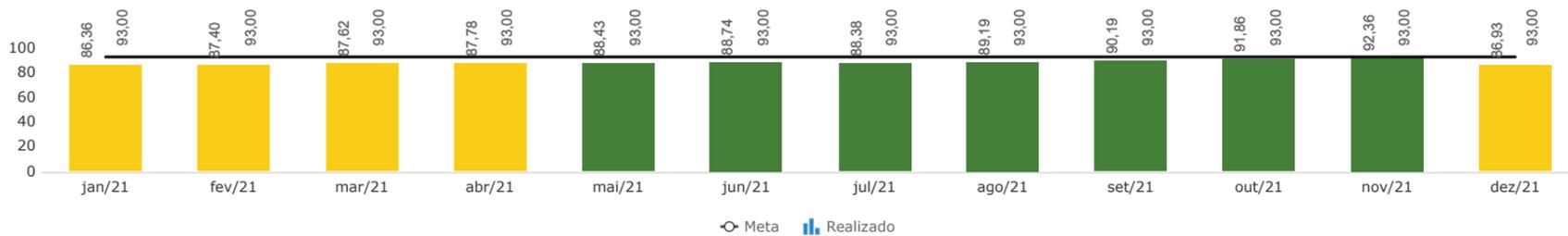
Nome do item: Iniciativas do objetivo "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira"

Análise Crítica

- Adoção de Novo Padrão Energético - com prioridade para a energia solar, o projeto foi estruturado em 8 etapas, das quais 6 foram concluídas em 2020. Atualmente o projeto está na etapa mais crítica, por envolver a aquisição e a montagem dos equipamentos necessários para a construção da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. Execução orçamentária prevista para iniciar em julho/22.
- Aprimoramento do Sistema de Informações de Custos - teve o cronograma reformulado devido ao atraso das entregas das demandas técnicas da STI. A previsão de divulgação das informações de custos do tribunal e por unidade é junho de 2022, a depender da priorização da demanda e da disponibilidade de equipe de TI.

PESSOAS E RECURSOS

Aderência às metas do PLS



Nome do item: Aderência às metas do PLS

Análise Crítica

O indicador estratégico "Aderência às metas do PLS/STJ" é composto por 11 subindicadores que refletem a performance do Tribunal em diversos temas administrativos. Em 2021, os subindicadores foram redefinidos de forma a refletir as mudanças trazidas pela Resolução CNJ n. 400/2021 e os indicadores considerados no Índice de Desempenho de Sustentabilidade, calculado anualmente pelo CNJ no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e considerado nos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade.

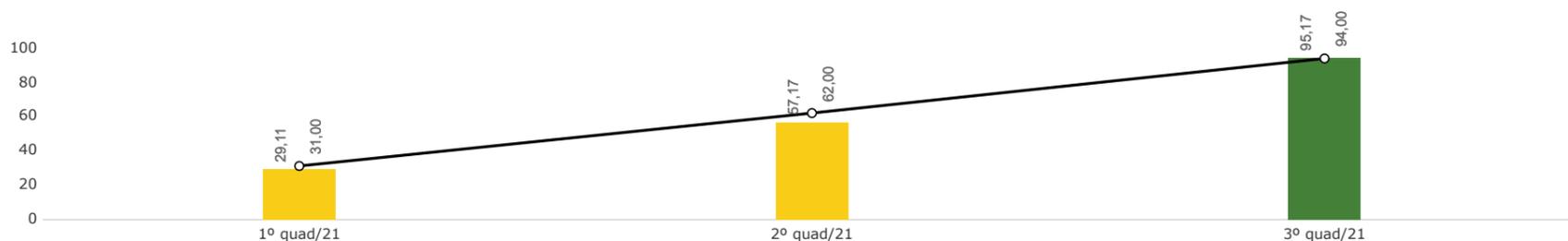
Cinco subindicadores relacionados aos temas capacitação socioambiental e qualidade de vida destacaram-se negativamente, contribuindo para que o desempenho geral do indicador ficasse abaixo dos 100% pretendidos: "Participações em ações de capacitação em sustentabilidade", "Quantidade de ações solidárias", "Participações do corpo funcional em ações solidárias", "Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho" e "Participações em ações de qualidade de vida no trabalho".

A quantidade de participações em ações de capacitação que tratam do tema sustentabilidade atingiu 69,32% do esperado para o período. Apesar disso, o Tribunal atingiu a meta estabelecida para esse tema, ainda que tenha sido bastante prejudicado pelo cenário de pandemia.

Quanto aos indicadores relacionados às ações solidárias, verificou-se forte impacto negativo na Educação de Jovens e Adultos e na Inclusão Digital, ambos oferecidos aos colaboradores terceirizados do STJ, devido à suspensão em decorrência das dificuldades impostas pela pandemia e baixas na equipe responsável, que inviabilizaram sua continuidade no segundo semestre de 2021. No entanto há previsão de retomada dessas ações ao longo de 2022. Outras ações solidárias do Tribunal também sofreram impactos da pandemia, exceto o programa "Papai Noel dos Correios no STJ", que foi realizada no exercício, porém, não foi possível registrar o número de voluntários que atuaram na atividade.

Os outros dois subindicadores que tiveram desempenho abaixo do esperado referem-se a ações de qualidade de vida no trabalho: "Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho" e "Participações em ações de qualidade de vida no trabalho". Com relação à quantidade de ações, atingiu-se 73,81% das ações previstas para o período, mas quanto ao número de participações de servidores nestas ações, observou-se um resultado de 20,82% do previsto para o período, o que mostra uma baixa aderência dos servidores a este tipo de ação. Uma vez que as estimativas para o período foram feitas com base em dados históricos pré-pandemia, os valores registrados apontam para a necessidade de revisão das metas dos subindicadores, sem alterar a meta do indicador em si, de forma a obter um maior alinhamento às limitações impostas pelo cenário atual e à nova realidade do teletrabalho em franca implantação no STJ.

Execução orçamentária do STJ



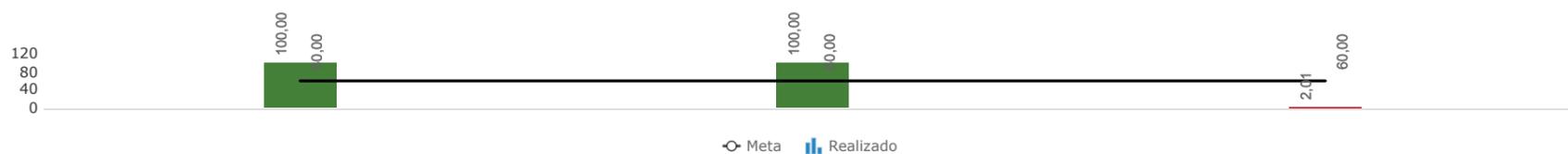
Nome do item: Execução orçamentária do STJ

Análise Crítica

O presente indicador mede a execução de determinadas despesas do orçamento em relação à LOA, levando-se em consideração os créditos adicionais e eventuais contingenciamentos. A meta de execução adotada no Plano STJ 21-26 para 2021 foi 94%, tendo-se executado 95,17%. Essa performance superior ao previsto decorre principalmente de dois fatores: a abertura de crédito de 30 milhões para a Ação de Assistência Médica e Odontológica com recursos oriundos das despesas discricionárias; e a abertura de crédito de 15 milhões em favor do CNJ, pois, caso não ocorressem, a execução seria de 91,34%. Para 2022, a meta de execução será de 94,5%, havendo grandes desafios diante da possibilidade de baixa execução das despesas devido à nova onda de COVID-19.

PESSOAS E RECURSOS

Execução do orçamento estratégico



Nome do item: Execução do orçamento estratégico

Análise Crítica

Apenas 4 projetos do portfólio estratégico do Tribunal possuíam demandas de aquisição de produtos e serviços na Proposta Orçamentária 2021 e, mesmo assim, não foi executada quase a totalidade do orçamento disponível para o período, conforme justificado a seguir. Cabe lembrar que será apresentado estudo sobre este indicador na próxima RAE.

Em relação ao projeto Arquivo Documental, foram planejados R\$ 2.000.000,00 para a realização da reforma geral de transformação da atual Garagem de Ônibus do STJ no Arquivo Documental. Nesse ano, ocorreu a contratação dos projetos complementares e foram pagos R\$17.248,00 à empresa contratada, conforme processo STJ n. 005906/2021. Entretanto, o valor restante de R\$ 1.982.400,00 não foi executado, já que não houve o processo licitatório em razão de atrasos na aprovação dos projetos de instalações na Neoernegia e CBMDF. Há expectativa de que ocorra a licitação em 2022. Foi solicitada a liberação do orçamento não formalizado em 2021, entretanto, como o presente indicador analisa a execução do previsto na proposta orçamentária, o orçamento executado para este projeto foi de 0,86%.

Para o projeto de Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (iSGP) foi prevista a execução de R\$ 7.000.000,00. No entanto, não houve a execução pois a equipe gestora dedicou-se neste ano a elaborar a documentação necessária para o processo licitatório previsto para ocorrer até abril de 2022.

A Política de Preservação Digital do STJ planejou executar R\$ 400.000,00 em acordo de cooperação do STJ com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para o projeto de implantação e configuração do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arqa), integrado ao SEI e à plataforma de disseminação Atom. No entanto, com a edição da Resolução CNJ n. 408/2021, com determinação expressa quanto à necessidade de adoção de RDC-ar, foi sugerida a criação de grupo multidisciplinar para estudos sobre as regras negociais e técnicas, bem como da mensuração de esforços e da necessidade de investimentos necessários para atendimento da referida resolução, o que resultou no sobrestamento da contratação do IBICT.

Finalmente, o projeto Empatia planejou a execução de R\$ 50.000,00 a serem gastos com premiação em concursos previstos no escopo do projeto. Porém, houve posicionamento da Administração orientando que a premiação deveria se "limitar a realizar despesas somente com a aquisição de medalhas ou placas de reconhecimento". Apesar disso, foi possível a realização de três encontros relacionados à ação de capacitação Empatia e Cultura de paz: Diálogos e Reflexões (processo STJ n. 009142/2021). Para tanto, foram investidos, R\$ 3.382,92.

Execução do PCAq



Nome do item: Execução do PCAq

Análise Crítica

Esse indicador foi designado para acompanhar a execução do planejamento de contratações e aquisições do Tribunal no Plano STJ 2021-2026, aprovado em julho/2021, por entender que as contratações públicas são mecanismos relevantes para viabilizar programas, projetos e atividades jurisdicionais e administrativas, bem como contribuir com a boa gestão orçamentária e financeira do órgão.

O Planejamento das Contratações e Aquisições – PCAq é um instrumento de governança que consolida as necessidades de contratação que o STJ pretende realizar no ano subsequente. Apesar de as unidades elaborarem adequadamente os planejamentos setoriais para o exercício seguinte, é costumeiro haver necessidades não previstas ou revisão de prioridades, em razão de intercorrências ou novas variáveis que surgem no decorrer do ano. Assim, algumas aquisições planejadas deixam de ser prioritárias para atendimento de novas demandas. Isso é natural em processos sociais e sistêmicos, razão pela qual a meta de execução de contratações tende a ser sempre abaixo de 100%. Porém, a intenção do Tribunal é que o processo de planejamento seja cada vez mais aperfeiçoado, para que haja proveito nos esforços das unidades envolvidas na aquisição de bens e serviços necessários ao cumprimento de entregas do Tribunal e para que seja possível alocar os recursos de forma mais eficiente.

Neste sentido, no decorrer do ano, as unidades têm sido acompanhadas a fim de definir ou reprogramar os prazos de encaminhamento das demandas, verificar os níveis de prioridade das aquisições, antecipar o grau de complexidade da licitação e os riscos inerentes, de forma a aumentar o sucesso dos procedimentos de contratação e garantir a melhor execução do planejamento.

O índice de execução de 66,90%, obtido ao final do ano de 2021 e que servirá de guia para os dois primeiros quadrimestres de 2022, mostra que os esforços de todos os entes envolvidos – unidades demandantes e áreas de compras, licitações e contratos – culminaram numa situação satisfatória quanto à execução do PCAq no referido exercício. O resultado foi animador, superior à linha de base traçada a partir de dados de 2020 (50,84%). Assim, das 281 demandas de contratações planejadas para 2021, 188 demandas foram concluídas no exercício.

Em que pese a ótima situação verificada, considera-se prematuro falar em revisão da meta, já que esta é a primeira vez que o indicador consta do rol de indicadores estratégicos. Avalia-se que a situação de pandemia, ainda vivenciada, pode impactar a ocorrência de imprevistos e consequentemente a concretização do planejamento. Assim, a meta pactuada deve ser mantida para nova revisão ao final de 2022.

PESSOAS E RECURSOS

Objetivo			
	←	3° - quad/2021	→
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Intensificar o uso de tecnologias da informação	100,00	66,50	

Indicadores Mensais			
	←	3° - quad/2021	→
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Satisfação dos usuários de TIC	80,00	91,43	

Projetos			
	←	3° - quad/2021	→
Item	Meta acumulada	Realizado acumulado	Farol acumulado
Iniciativas do objetivo "Intensificar o uso de tecnologias da informação"	100,00	33,00	

PESSOAS E RECURSOS

INICIATIVA	ÁREA	INÍCIO	TÉRMINO	R\$ CONTRATADO	%	FAROL	SITUAÇÃO
ADESÃO À PLATAFORMA NACIONAL INTEGRADA DE IA DOS TRIBUNAIS	Judicante	janeiro de 2021	abril de 2022	0,00	67%	●	Dentro do previsto
ANÁLISE PARAMETRIZADA COM AUTOMAÇÃO DE MINUTAS DO Q3 EM ARESP E RESP INTEGRADAS AO SÓCRATES 2.0	Judicante	janeiro de 2021	agosto de 2022	0,00	5%	●	Dentro do previsto
APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS (ISGP)	Administrativa	março de 2021	outubro de 2023	0,00	19%	●	Dentro do previsto
ATUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Judicante	novembro de 2020	dezembro de 2021	0,00	83%	●	Dentro do previsto
ATUALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O PROGRAMA JUSTIÇA	Judicante	junho de 2019	dezembro de 2021	0,00	93%	●	Dentro do previsto
AUTOMAÇÃO APOIADA POR IA NO NARER (NÚCLEO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS REPETITIVOS)	Judicante	fevereiro de 2021	setembro de 2022	0,00	28%	●	Em atenção
CIÊNCIA DE DADOS NO STJ	Judicante	dezembro de 2020	maio de 2022	0,00	85%	●	Em atenção
criação de equipes de curadoria de modelos de IA	Judicante	dezembro de 2020	abril de 2021	0,00	100%	✓	Concluído
EJURIS	Administrativa	abril de 2019	novembro de 2022	0,00	42%	●	Em atenção
EVOLUÇÃO DO MODELO DE IA DO PROJETO ATHOS	Judicante	dezembro de 2020	junho de 2022	0,00	55%	●	Dentro do previsto
EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TI DOS MODELOS DE IA	Judicante	janeiro de 2021	dezembro de 2021	0,00	27%	●	Cancelado
INCREMENTO DA BASE DE DADOS DE TREINAMENTO DOS MODELOS DE IA	Judicante	janeiro de 2021	janeiro de 2022	0,00	100%	✓	Concluído
JUDICIÁRIA WEB	Administrativa	fevereiro de 2020	dezembro de 2023	0,00	28%	●	Em atenção
JULGAMENTO ELETRÔNICO	Administrativa	junho de 2019	junho de 2023	0,00	65%	●	Em atenção
MIGRAÇÃO DO FLUXUS	Administrativa	maio de 2021	agosto de 2022	0,00	32%	●	Dentro do previsto
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DOS ÓRGÃOS JULGADORES	Judicante	agosto de 2016	agosto de 2022	9.997.176,35	97%	●	Em atenção
MODERNIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRA	Administrativa	fevereiro de 2021	dezembro de 2022	0,00	17%	●	Situação crítica
PLANO DE TI DE ADEQUAÇÕES À LGPD	Judicante	janeiro de 2020	setembro de 2022	0,00	77%	●	Dentro do previsto
PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	Administrativa	junho de 2021	dezembro de 2024	0,00	61%	●	Dentro do previsto
PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE DADOS	Administrativa	dezembro de 2020	dezembro de 2022	0,00	41%	●	Dentro do previsto
PROGRAMA JUSTIÇA WEB	Judicante	dezembro de 2018	junho de 2023	0,00	55%	●	Em atenção
PROGRAMA PRESERVAÇÃO DIGITAL	Administrativa	junho de 2019	dezembro de 2025	0,00	4%	●	Dentro do previsto
SISTEMAS DE GABINETE	Administrativa	dezembro de 2018	fevereiro de 2022	0,00	100%	●	Em atenção
UNIFICAÇÃO DE AMBIENTES DE DADOS DO STJ	Judicante	janeiro de 2021	dezembro de 2022	0,00	40%	●	Cancelado

Nome do item: Iniciativas do objetivo "Intensificar o uso de tecnologias da informação"

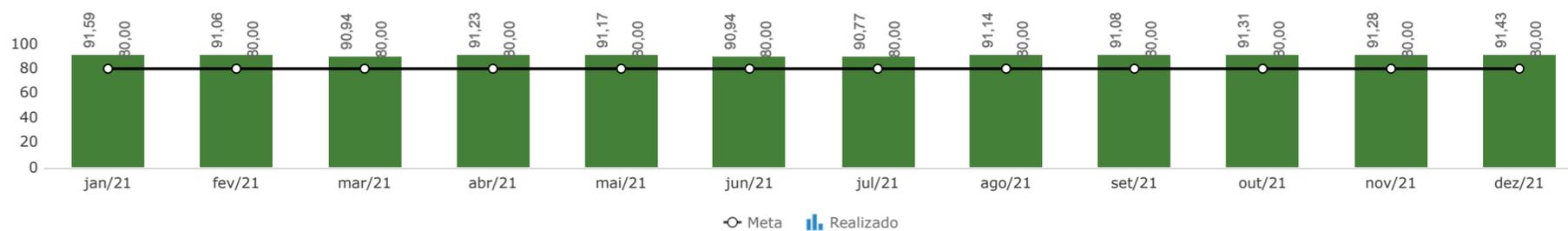
Análise Crítica

Este objetivo possui o maior número de iniciativas do Portfólio Estratégico: são 24 de 57 itens, representando 42% do portfólio. Dentre as iniciativas, 2 foram concluídas, 2 canceladas e a situação das demais segue descrita abaixo. Importa ressaltar que alguns desses projetos tiveram a sua execução impactada pela escassez de recursos de TI, problema identificado não só no STJ, mas no Distrito Federal como um todo.

1. Adesão à Plataforma Nacional Integrada de IA dos Tribunais - os trabalhos continuam dentro do prazo com previsão de conclusão no 1º. quadrimestre de 2022.
2. Análise Parametrizada com Automação de Minutas do Q3 em Aresp e Resp Integradas ao Sócrates 2.0 – está em andamento a revisão da base de dados, com a complementação dos elementos da controvérsia, porém em ritmo aquém do esperado.
3. Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (ISGP) – concluiu a revisão do Termo de Referência e outros documentos relacionados ao processo licitatório para aquisição do sistema iSGP.
4. Atualização das Políticas de Segurança da Informação e de Incidentes de Segurança da Informação - está prevista a publicação tanto do processo de incidente como da nova política de segurança da informação ainda neste ano.
5. Atualização de Infraestrutura para o Programa Justiça – encontra-se na fase final, com previsão de conclusão no início de 2022.
6. Evolução do Modelo de IA do Projeto Athos - a implementação dos blocos semânticos está em andamento, dentro do prazo previsto.
7. Migração do Fluxus – foi definida a estrutura do sistema SEI em que ocorrerá a migração de processos do sistema Fluxus.
8. Plano de TI de Adequações à LGPD – foi destinada verba no valor de R\$ 2.000.000,00 para contratação da solução para permitir a gestão e controle automatizados das políticas de LGPD.
9. Plano de Transformação Digital - foram realizadas 25 reuniões com unidades com a finalidade de orientar o preenchimento do formulário para levantamento de ações de transformação digital.
10. Programa de Governança de Dados – concluiu o projeto estratégico DATAJUD - Classificação de Processos com IA e formalizou em RAE o cancelamento do projeto Unificação de Ambientes de Dados do STJ.
11. Programa Preservação Digital – destaca-se a publicação da Portaria STJ/GDG n. 774/2021 que instituiu a comissão multidisciplinar para elaborar estudos sobre o recebimento, o armazenamento e o acesso a documentos digitais dos processos administrativos e judiciais no STJ. Os estudos deverão ser apresentados até fev/2022.
12. Automação Apoiada por IA no NARER – a falta de equipe de desenvolvedores de sistemas tem impactado nos prazos do projeto.
13. Ciência de Dados no STJ – a criação e desenvolvimento de equipe com competências para a ciência de dados está dependendo de tramitação administrativa interna da UnB para que o curso seja contratado pelo STJ.
14. Modernização do Sistema de Áudio e Vídeo dos Órgãos Julgadores - testes de homologação do sistema evidenciaram a existência de pendências e problemas em relação à solução implantada.
15. Programa Justiça Web – integra quatro projetos (Julgamento Eletrônico, Sistemas de Gabinete, Ejuris e Judiciária Web). Dentre as principais dificuldades destaca-se a alta rotatividade da equipe de desenvolvimento que prejudica a continuidade, padrão e a qualidade da execução das demandas.
16. Modernização e Evolução do Sistema Administra - encontra-se em situação crítica, pois as ações relacionadas com o processo de migração do Administra para linguagem web estão ocorrendo em um processo mais lento do que originalmente previsto, impactando diretamente nos prazos programados.

PESSOAS E RECURSOS

Satisfação dos usuários de TIC



Nome do item: Satisfação dos usuários de TIC

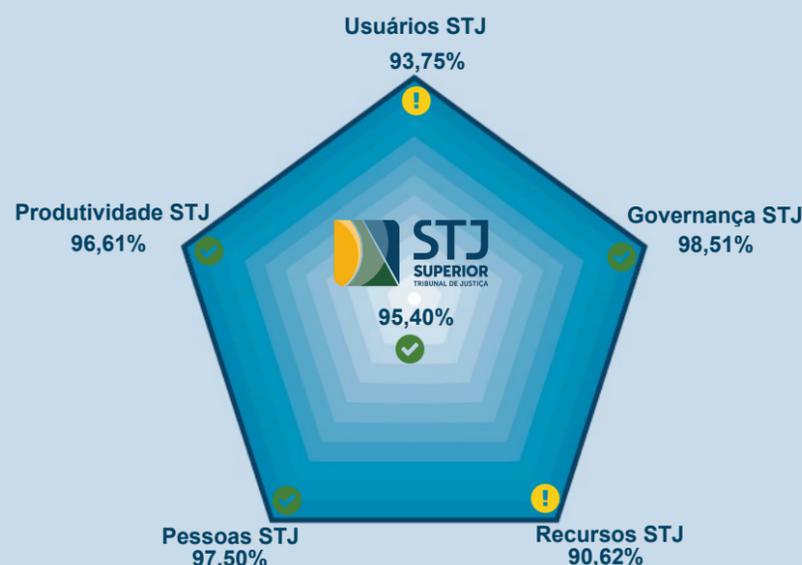
Análise Crítica

Trata-se de indicador com evolução entre os Planos STJ 2020 e STJ 2021-2026, medindo-se a porcentagem de satisfação tanto dos usuários internos como de usuários externos com o suporte do serviço de TIC prestado. O número considerável de participações na pesquisa oferece subsídios para as melhorias, que culminam em benefícios a todos os envolvidos.

A análise crítica dos resultados do ano de 2021, conforme pode ser observado no gráfico acima, demonstra que a meta foi superada todos os meses, evidenciando o atendimento às expectativas do cliente e à qualidade dos serviços de TIC prestados, além da dedicação da equipe de TIC em possibilitar aos clientes o alcance dos benefícios resultantes da tecnologia em suas atividades rotineiras no STJ.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

RADAR DA ESTRATÉGIA



Nome do item: Radar da Estratégia STJ

Análise Crítica

O radar da estratégia está baseado nos resultados de 19 unidades alinhadas e é a linha de base para o período inicial de monitoramento do Plano Estratégico STJ 2021-2026. Houve um ajuste nos 5 critérios do radar para maior paralelismo com o novo planejamento estratégico: "usuários" (critério novo que abarcou diversos indicadores antes alocados na produtividade), "produtividade" (mantido), "governança" (mantido), "pessoas" (uma junção dos antigos critérios de competências e talentos) e "recursos" (que contempla os demais aspectos relacionados ao tema, além do orçamento). Frente ao exposto, não há razão para fazer uma análise comparativa com anos anteriores. Ademais, com muitos indicadores setoriais novos neste novo ciclo estratégico, alguns ainda não puderam ser mensurados adequadamente.

O resultado geral do radar, 95,40%, está em uma situação ótima, segundo a metodologia adotada pela gestão estratégica do Tribunal, e demonstra um equilíbrio no desempenho dos seus critérios, que estão detalhados a seguir.

A visão dos usuários dos serviços do STJ, comparada à perspectiva "Sociedade" do mapa estratégico, obteve resultado de 93,75%, contra 95,76% do cumprimento das metas estratégicas do mapa. A pequena diferença tem explicação matemática, mas deve-se destacar também que novos questionários de satisfação recém-implementados ainda não foram todos disponibilizados igualmente aos cidadãos no Portal do STJ e, avaliações negativas de pequena quantidade, acabaram gerando impacto mais significativo em algumas unidades, se refletindo nesta diferença de 2% nos resultados. No entanto, o fato é que há no geral uma visão positiva, tanto dos clientes internos quanto externos, da dedicação dos colaboradores do STJ nos serviços prestados. Mas certamente sempre há espaço para melhorias e inovações.

O critério de produtividade, com seu resultado destacado de 96,61%, não encontra paralelo exato no mapa estratégico, pois o critério do alinhamento abrange unidades com atividades bem distintas e que contribuem ora para a perspectiva de "Processos Internos", ora para "Pessoas e Recursos" ou até, em casos como o da Ouvidoria ou Comunicação Social, para a perspectiva "Sociedade". O que pode se interpretar deste valor é de que as unidades alinhadas realmente mantêm um foco significativo em suas entregas para o Tribunal, buscando demonstrar valor agregado.

A governança, por sua vez, tem um vínculo estreito com o objetivo estratégico "Aprimorar a governança institucional" e ambos tiveram resultados destacados de, 98,51% e 99,96%, respectivamente. Há, porém, um detalhe a ser considerado: indicadores de gestão e governança setoriais tiveram metas iniciais definidas neste início de ciclo, e muitas inovações ainda virão ao longo dos próximos 5 anos de vigência do Plano, sugerindo que essas metas terão um aumento gradativo, de maneira que os gestores precisarão não apenas manter as boas práticas, várias das quais já estão em alto patamar de aprimoramento, mas acrescentar novas práticas, mais desafiadoras.

O critério pessoas merece o mesmo destaque dado ao objetivo de "Valorizar Pessoas" do resultado geral do Plano, sendo que o resultado daquele - 97,50%, está muito próximo deste - 98,00%, de maneira que as diferenças pontuais se referem a questões que as unidades alinhadas já estão atentas. Importa ressaltar que a nova pesquisa de satisfação e clima organizacional, realizada em 2021, ainda não divulgou os seus resultados, o que está sendo aguardado pelas unidades alinhadas e impactará parte do desempenho deste critério.

Finalmente, os recursos apresentaram o resultado mais baixo do radar - 90,62%, em alinhamento à perspectiva afim do mapa estratégico. Apesar das metas do indicador comum de consumo de papel terem sido uniformemente atingidas, outros indicadores ligados à execução de orçamentos estratégicos ou orçamentos setoriais, ficaram longe de alcançar os resultados esperados. No entanto, merece relevo positivo o fato das unidades alinhadas que participaram do PCAq contribuírem para a superação coletiva da meta de 50% do novo indicador estratégico "Execução do PCAq", o que também permitiu ao critério superar em 20% o resultado do objetivo estratégico "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira".

O desempenho de cada uma das 19 unidades alinhadas, em particular, pode ser conferido nos relatórios setoriais elaborados no mesmo período e registrados em processos administrativos específicos.



Secretaria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Planejamento Estratégico

planejamento@stj.jus.br • (61) 3319 8859/8063